

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM
INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR**

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes	3
Balanço patrimonial	9
Demonstrações dos resultados	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	13
Demonstração do resultado abrangente	14
Demonstração do valor adicionado	15
Demonstração dos fluxos de caixa	17
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis	
1 Informações gerais	19
2 Principais políticas contábeis	23
3 Caixa e equivalentes de caixa	39
4 Aplicações financeiras	39
5 Valores a receber	41
6 Impostos, taxas e contribuições	43
7 Partes relacionadas	45
8 Investimentos	50
9 Informações por segmento de negócios	58
10 Imobilizado (Consolidado)	62
11 Intangível (Consolidado)	64
12 Fornecedores	66
13 Empréstimos, financiamentos e debêntures (Consolidado)	67
14 Concessão de serviço público	72
15 Provisão para riscos processuais	75
16 Patrimônio líquido (Controladora)	77
17 Receita	78
18 Custos e despesas por natureza	79
19 Resultado financeiro	80
20 Resultado por ação	81
21 Seguros (Não auditado)	83
22 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro	83
23 Transações não caixa	90
24 Compromissos e responsabilidades	91
25 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego	91
26 Ativos e passivos mantido para venda e operações descontinuadas	91
27 Eventos subsequentes	95

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos administradores e acionistas

Investimentos e Participações em Infraestrutura – INVEPAR

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Investimentos e Participações em Infraestrutura – INVEPAR** (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, sem ressalva.

Principais assuntos de auditoria (“PAA”)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Incerteza relevante sobre a continuidade operacional da Companhia

Conforme descrito nas Notas explicativas nº 1, 8, 25 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que indicam que a Companhia: (i) incorreu no prejuízo de R\$ 555.630.000 (individual) e de R\$ 1.135.112.000 (consolidado) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021; (ii) naquela data, o passivo circulante da Companhia, desconsiderando os ativos mantidos para venda, excedeu o ativo circulante em R\$ 1.377.777.000 (consolidado), causado, principalmente, pelo registro no passivo circulante de empréstimos, debêntures e passivos de concessão de serviço público no montante de R\$ R\$ 2.527.211.000 (consolidado); e (iii) a Companhia possuía o saldo de passivo a descoberto no valor de R\$ 1.113.260 (individual) e R\$ 2.822.582 (consolidado) em 31 de dezembro de 2021. Esses eventos e condições juntamente com outros assuntos descritos e mencionados nas notas explicativas de nº 1, 8 e 25, indicam, em 31 de dezembro de 2021, a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Esse tema foi considerado como principal assunto de auditoria, pois depende de ações e vendas de investimentos em empresas controladas para que haja a equalização da dívida da Companhia de forma tempestiva e inclui premissas e negociações de valores com terceiros que pode gerar variações significativas nos resultados do respectivo plano e de seu cumprimento conforme definido pela Administração.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros a leitura do acordo de reestruturação de dívida e outras avenças, datado 28 de setembro de 2020, e do 1º aditamento ao acordo de reestruturação de dívida e outras avenças, datado 28 de setembro de 2021, que possuem como objetivo a redução da dívida da Companhia através da troca de participações em Empresas do Grupo. Obtenção do plano de negócios e de documentos que comprovassem a efetiva prontidão da Administração quanto ao cumprimento do plano de negócios de forma tempestiva pela Companhia e indagação aos Administradores com relação a operacionalização do plano de continuidade operacional.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos aceitáveis os critérios e premissas utilizados pela Companhia na avaliação da continuidade operacional no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Ativos disponíveis para venda e operações descontinuadas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 25, a Companhia reclassificou as controladas Concessionária BR-040 S.A. - VIA040, Linha Amarela S.A. – LAMSA, Concessionária Litoral Norte S.A. – CLN e PEX S.A. – PEX para o grupo de ativos mantidos para a venda e operações descontinuadas, mediante (a) aprovações do poder concedente para viabilização do processo de relicitação da Via 040 e assinatura do termo aditivo; e (b) ao comprometimento com o plano de reestruturação societária que envolve a alienação das demais controladas mencionadas.

Esse tema foi considerado como principal assunto de auditoria, pois no processo de mensuração do valor recuperável dos ativos mantidos disponível para venda e operações descontinuadas são utilizados julgamentos complexos da Administração, incluindo o uso de premissas desenvolvidas internamente.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) avaliação dos critérios de classificação dos ativos mantidos para venda; (ii) realização de discussões com a Administração e sobre as perspectivas para concretização das vendas dos ativos, bem como a inspeção de evidências que suportem a manutenção dos ativos classificados como “ativos mantidos para venda e operações descontinuadas”; e (iv) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas .

Com base nos procedimentos de auditoria executados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos como aceitáveis as premissas e metodologia utilizadas, bem como as divulgações efetuadas pela Administração em sua avaliação e análises utilizadas na classificação e mensuração dos ativos mantidos para venda, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6 – “Impostos, taxas e contribuições” subitem (b), a controlada indireta Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. possui na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos o montante de R\$ 787.619.000 provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que foram reconhecidos com base em estudos elaborados pela Administração e aprovados pelos órgãos de governança da controlada sobre o montante provável de lucros tributáveis que estarão disponíveis no futuro para realização. A estimativa de lucros tributáveis futuros foi preparada com base no plano de negócios e orçamentos preparados e aprovados pela Administração da Companhia e controlada indireta.

Esse tema foi considerado como um principal assunto de auditoria devido à subjetividade, ao julgamento envolvido e incertezas inerentes ao processo de elaboração da estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas, baseadas em estratégias, no cenário macroeconômico, no desempenho atual e passado e no crescimento esperado das operações.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios e premissas e sua consistência com dados históricos e informações disponíveis de mercado; (ii) avaliação da consistência matemática das projeções e razoabilidade dos principais componentes do estudo de lucro tributável futuro, com a participação dos nossos especialistas internos em avaliações econômico-financeiras e especialistas em imposto de renda e contribuição social; (iii) avaliação sobre suficiência de lucros tributáveis futuros em relação aos tributos diferidos ativos reconhecidos; e (iv) avaliação da adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos aceitáveis os critérios e premissas utilizados pela Companhia e controladas na avaliação do valor dos saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Avaliação do valor recuperável dos ativos classificados como mantidos para venda e operações descontinuadas e ativo intangível relacionado à concessão

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 25, a Companhia possui ativos mantidos para venda, que compreendem as operações de negócio representadas pelas controladas Concessionária BR-040 S.A. - VIA040, Linha Amarela S.A. - LAMSA e , PEX S.A. - PEX. e operações descontinuadas, Concessionária BR-040 S.A. - VIA040 e Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN. e PEX S.A. - PEX.

O saldo do investimento líquido em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 234.434.000.

Em 31 de dezembro de 2021, a situação financeira das Companhia indicava que o valor contábil desses ativos poderiam exceder seu valor recuperável e, por esse motivo, a administração da Companhia realizou a atualização do teste de avaliação do valor recuperável.

Adicionalmente, a controlada indireta Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - GRU AIRPORT, conforme descrito na nota explicativa nº 11 – “Intangível”, possui montante significativo de ativos não financeiros relacionados à sua concessão, cujo o saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 12.749.399.000.

Em 31 de dezembro de 2021, a situação financeira da Companhia indicava que o valor contábil desse ativo poderia exceder seu valor recuperável e, por esse motivo, a administração da Companhia realizou a atualização do teste de avaliação do valor recuperável do ativo intangível.

Esse tema foi considerado uma área crítica e, devido aos impactos da pandemia, um assunto ainda de maior de risco em nossa abordagem de auditoria durante 2021, tendo em vista que as estimativas e projeções presentes na avaliação do valor recuperável são intrinsecamente sujeitas a incertezas e diversos eventos ou fatores que estão além do controle da administração, especialmente aqueles cuja ocorrência depende de eventos futuros e incertos, que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Com o auxílio de nossos especialistas internos em avaliação econômico-financeira procedemos com os seguintes testes durante nossos procedimentos de auditoria: (i) revisamos a metodologia adotada para elaboração dos estudos e avaliamos se os dados considerados nos estudos eram as melhores informações disponíveis e se foram consideradas sobre as práticas de mercado observáveis; (ii) revisamos e desafiamos as principais premissas utilizadas pela administração, considerando o ambiente econômico geral, incluindo os impactos causados pela pandemia nos negócios e no planejamento da Companhia, avaliamos também as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas no estudo anterior e seu desempenho quando comparadas com o resultado efetivamente obtido com as informações históricas utilizadas; e (iii) avaliamos o risco associado com os fluxos de caixa e seus efeitos relacionados à taxa de desconto, objetivando analisar a razoabilidade das taxas de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa do modelo preparados pela Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para cálculo das taxas.

Também como parte de um dos procedimentos aplicados, elaboramos uma análise de sensibilidade independente considerando um cenário mais conservador e comparamos com o valor recuperável obtido no estudo elaborado pela administração da Companhia, com o objetivo de avaliarmos a recuperabilidade dos ativos em um cenário menos favorável.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportaram nossos procedimentos de auditoria, consideramos que a avaliação do valor recuperável, elaborada pela administração da Companhia, está adequada no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das cifras do ano anterior

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, mencionadas no primeiro parágrafo, apresentadas para fins de comparação referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 25 de março de 2021, sem ressalvas e com parágrafo de ênfase sobre incerteza relacionada com a continuidade operacional. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer procedimentos sobre as informações financeiras referentes às demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre eles tomados em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2022

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8 "F" RJ

DocuSigned by:


37095C162BEC440...
Cleber de Araujo
Contador CRC 1SP213655/O-8

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	Nota	2021	2020	2021	2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	250.810	272.780	358.366	629.490
Aplicações financeiras	4	121.916	148.617	1.012.811	300.102
Contas a receber	5	-	-	221.058	153.747
Estoques		-	-	11.686	10.638
Tributos a recuperar	6.a	6.005	4.677	45.360	36.364
Adiantamentos		325	560	7.411	8.250
Dividendos e juros sobre capital próprio	7	154.161	155.970	-	-
Partes relacionadas	7	57.339	92.505	-	56
Instrumentos financeiros derivativos	21.e	-	45.386	-	45.386
Outros		1.012	376	1.012	198
Total do ativo circulante		591.569	720.871	1.657.704	1.184.231
Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas	8 e 25	234.434	1.363.733	1.712.425	5.118.921
Total do ativo circulante / mantindos vendas e op.descontinuadas		826.003	2.084.604	3.370.129	6.303.152
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	4	-	20.033	158.385	128.389
Contas a receber	5	-	-	46.304	22.767
Contas a receber - Venda de investimento	5.b	99.311	99.311	99.311	99.311
Tributos a recuperar	6.a	-	-	336.977	362.025
Impostos diferidos ativos	6.b	-	-	787.619	610.113
Partes relacionadas	7	244.878	292.531	134.064	123.502
Dividendos e juros sobre capital próprio	7	17.402	11.075	-	-
Depósitos judiciais	15	1.015	1.039	31.159	30.954
Outros ativos		-	-	4.396	4.253
Total do realizável a longo prazo		362.606	423.989	1.598.215	1.381.314
Investimentos	8	77.761	176.712	77.698	78.317
Imobilizado	10	5.868	8.064	7.752	15.613
Intangível	11	17.138	22.005	12.766.537	13.477.958
Total do ativo não circulante		463.373	630.770	14.450.202	14.953.202
Total do ativo		1.289.376	2.715.374	17.820.331	21.256.354

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Balço patrimonial Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais)

(continuação)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2021	2020	2021	2020
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	12	2.848	3.614	54.077	50.446
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	322.347	302.202
Debêntures	13	-	1.899.711	129.849	2.004.102
Tributos a recolher	6.c	40.492	1.334	147.192	106.668
Obrigações com empregados e administradores		8.518	12.409	25.532	24.038
Concessão de serviço público	14	-	-	2.204.864	1.207.381
Adiantamentos de clientes		-	-	6.787	22.905
Partes relacionadas	7	261	384	-	637
Receita diferida		-	-	25.413	-
Outros		-	-	119.420	102.980
Total do passivo circulante		52.119	1.917.452	3.035.481	3.821.359
Passivos mantidos para venda e operação descontinuada	8 e 25	174.895	116.572	1.406.294	3.542.069
Tota do passivo circulante / mantidos vendas e op.descontinuadas		304.700	2.034.024	4.441.775	7.363.428
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	2.047.212	2.379.177
Debêntures	13	875.718	343.925	1.411.927	925.545
Concessão de serviço público	14	-	-	12.521.796	12.089.152
Adiantamentos de clientes Ip		-	-	3.619	-
Provisão para riscos processuais	15	1.116	1.082	38.999	35.747
Dividendos a pagar	7	22.841	22.842	24.072	24.073
Receita diferida		-	-	152.617	128.968
Provisão para passivo descoberto	8	1.275.051	875.069	-	-
Outros		896	1.062	896	2.753
Total do passivo não circulante		2.175.622	1.243.981	16.201.138	15.585.415
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)					
Capital social	16.a	3.867.919	3.867.919	3.867.919	3.867.919
Prejuízos acumulados		(4.981.179)	(4.430.550)	(4.981.179)	(4.430.550)
		(1.113.260)	(562.631)	(1.113.260)	(562.631)
Participação dos não controladores			-	(1.709.322)	(1.129.858)
Total do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		(1.113.260)	(562.631)	(2.822.582)	(1.692.489)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		1.289.376	2.715.374	17.820.331	21.256.354

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2021	2020	2021	2020
Operações continuadas					
Receita operacional líquida	17	-	-	1.602.775	1.436.216
Receita de construção	17	-	-	32.024	39.543
Custo dos serviços prestados	18	-	-	(1.255.344)	(1.370.317)
Custo de construção	18	-	-	(32.024)	(39.543)
Lucro bruto		-	-	347.431	65.899
Receitas (Despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	18	(96.550)	(87.339)	(170.017)	(333.793)
Equivalência patrimonial	8	(380.818)	(110.821)	19.308	2.097
Outras receitas (Despesas) operacionais, líquidas	18	806.708	(116.419)	1.507.077	643.445
Resultado operacional		329.339	(314.579)	1.703.799	377.648
Receitas (Despesas) financeiras					
Receitas financeiras	19	76.246	346.173	109.944	406.102
Despesas financeiras	19	(474.066)	(655.889)	(2.644.463)	(2.073.172)
Total		(397.820)	(309.716)	(2.534.519)	(1.667.070)
Prejuízo do exercício de operações descontinuadas		(68.481)	(624.295)	(830.720)	(1.289.422)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	6.d	(40.809)	-	136.948	589.987
Diferido		(40.809)	-	-	(600)
		-	-	136.948	590.587

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por lote de mil ações)

(continuação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Prejuízo do exercício de operações continuadas		(109.290)	(624.295)	(693.772)	(699.435)
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(109.290)	(75.140)
Atribuível aos acionistas controladores		(109.290)	(624.295)	(584.482)	(624.295)
Prejuízo do exercício do ativo mantido para venda e operações descontinuadas	8 e 25	(441.340)	(715.165)	(441.340)	(715.165)
Prejuízo do exercício		(550.630)	(1.339.460)	(1.135.112)	(1.414.600)
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(584.482)	(75.140)
Atribuível aos acionistas controladores		(550.630)	(1.339.460)	(550.630)	(1.339.460)
Prejuízo básico por lote de mil ações continuadas (Em reais - R\$)	19	(0,255)	(1,455)		
Prejuízo diluído por lote de mil ações continuadas (Em reais - R\$)	19	(0,255)	(1,455)		
Prejuízo básico por lote de mil ações descontinuadas (Em reais - R\$)	19	(1,028)	(1,666)		
Prejuízo diluído por lote de mil ações descontinuadas (Em reais - R\$)	19	(1,028)	(1,666)		

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
((Em milhares de reais))

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total atribuído aos controladores</u>	<u>Participação não controladores</u>	<u>Total consolidado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019		3.867.919	(3.091.090)	776.829	(1.057.044)	(280.215)
Adição dos não controladores	19	-	-	-	2.326	2.326
Prejuízo do exercício		-	(1.339.460)	(1.339.460)	(75.140)	(1.414.600)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		3.867.919	(4.430.550)	(562.631)	(1.129.858)	(1.692.489)
Adição dos não controladores		-	-	-	5.019	5.019
Prejuízo do exercício		-	(550.630)	(550.630)	(584.482)	(1.135.112)
Saldos em 31 de dezembro de 20201		3.867.919	(4.981.180)	(1.113.261)	(1.709.322)	(2.822.582)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo do exercício	(550.630)	(1.339.460)	(1.135.112)	(1.414.600)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	<u>(550.630)</u>	<u>(1.339.460)</u>	<u>(1.135.112)</u>	<u>(1.414.600)</u>
Acionistas controladores	(550.630)	(1.339.460)	(550.630)	(1.339.460)
Acionistas não controladores	-	-	(584.482)	(75.140)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2021	2020	2021	2020
Receitas		1.890.329	-	4.180.294	1.975.581
Receita operacional	17	-	-	2.257.356	2.019.976
Receita de construção	17	-	-	32.024	39.543
Reversões/(Perda) estimada em créditos de liquidação duvidosa		-	-	54.483	(83.938)
Outras receitas	17	1.890.329	-	1.836.431	-
Insumos adquiridos de terceiros		(1.235.300)	(91.909)	(1.246.881)	(169.833)
Custo das mercadorias e serviços vendidos	17	-	-	(512.329)	(644.587)
Custo de construção		-	-	(32.024)	(39.543)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(1.215.046)	54.717	(683.437)	667.522
[Perda/recuperação de valores ativos	17	(20.254)	(146.626)	(19.091)	(153.225)
Valor adicionado bruto		655.029	(91.909)	2.933.413	1.805.748
Retenções		(6.264)	(10.812)	(813.906)	(939.129)
Depreciação e amortização	7 e 8	(6.264)	(10.812)	(813.906)	(939.129)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		648.765	(102.721)	2.119.507	866.619
Valor adicionado recebido em transferência		(304.129)	235.353	129.252	408.199
Resultado de equivalência patrimonial		(380.818)	(110.821)	19.308	2.097
Receitas financeiras	19	76.689	346.174	109.944	406.102
Total do valor adicionado das operações continuadas a distribuir		344.636	132.631	2.248.759	1.274.818
Valor adicionado das operações mantidas para venda e descontinuadas a distribuir		(441.340)	(715.165)	(441.340)	(715.165)
Total do valor adicionado a distribuir		(96.704)	(582.534)	1.807.419	559.653

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais)

continuação

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2021	2020	2021	2020
Distribuição do valor adicionado		(96.704)	(582.534)	1.807.419	559.653
Pessoal e encargos		42.263	77.805	135.657	181.390
Remuneração direta		33.668	61.472	97.907	130.060
Benefícios		4.571	10.019	28.474	38.526
FGTS		3.998	6.314	8.716	12.804
Outros		26	-	559	-
Impostos, taxas e contribuições		46.691	15.907	242.259	(317.376)
Federais		46.442	15.796	161.606	(381.273)
Estaduais		178	-	3.428	2.134
Municipais		71	111	77.225	61.763
Remuneração capital de terceiros		364.972	663.214	2.564.616	2.110.239
Juros		361.706	639.349	2.478.935	2.045.608
Aluguéis		456	1.526	5.211	1.939
Outras		2.810	22.339	80.470	62.692
Remuneração de capital próprio		(550.630)	(1.339.460)	(1.135.112)	(1.414.600)
Prejuízo atribuível aos acionistas não controladores		(550.630)	(1.339.460)	(1.135.112)	(1.414.600)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa de atividades operacionais					
Resultado antes dos impostos		(68.481)	(624.295)	(830.720)	(1.289.422)
Ajustes:					
Resultado de operações descontinuadas e mantidos a venda		(441.340)	-	(441.340)	122.284
Depreciações e amortizações	10 e 11	6.264	10.812	813.060	939.129
Baixa de imobilizado e intangível	10 e 11	-	3	75	30.490
(Reversão) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa		-	-	(54.942)	-
Perda de valor recuperável investimentos		3.063	61.358	3.063	-
Provisões diversas		-	(4.810)	-	(38.101)
Equivalência patrimonial	8	380.818	110.821	(19.313)	(2.097)
Apropriação receita diferida		-	-	-	(13.697)
Constituição de outorga variável	14	-	-	(590.213)	163.641
Ajuste de operações de hedge		45.386	25.437	45.386	25.437
Provisão para riscos processuais		-	-	-	-
Variações monetárias e encargos, líquidos		193.523	233.833	193.523	738.134
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		-	-	-	-
Contas a receber de clientes	5.a	-	-	(35.906)	209.357
Venda de investimento	5.b	-	(99.311)	-	(99.311)
Estoques		-	-	(1.048)	71.290
Impostos a recuperar	6	(1.327)	6.676	16.052	53.198
Depósitos judiciais	15	24	(365)	(205)	47.013
Adiantamentos		234	555	838	18.007
Partes relacionadas	7	89.770	(51.621)	2.379	(696)
Recebimento de dividendos e JCP		-	-	-	-
Outros		(1.004)	619.717	18.643	2.245
Redução nos ativos operacionais dos ativos mantidos para venda e operação descontinuada		1.227.457	-	3.532.984	19.087
(Aumento) redução nos passivos operacionais:					
Fornecedores	12	(766)	101	3.631	-
Obrigações com empregados e administradores		(3.891)	(19.764)	1.494	(79.596)
Impostos a recolher	6	-	(10)	1.617	(70.438)
Impostos pagos		-	-	-	90.771
Receita diferida		-	-	49.062	-
Partes relacionadas		(123)	-	(637)	(393.871)
Adiantamentos clientes		-	-	(12.499)	-
Obrigações com o poder concedente		-	-	2.020.340	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais)

(continuação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Outras obrigações e contas a pagar		(132)	-	3.252	-
Dividendos e JSCP propostos		-	-	-	-
Provisão para perda de investimento		-	-	-	-
(Aumento) redução nos passivos operacionais dos ativos mantidos para venda e operação descontinuada		58.323	-	(2.159.041)	19.805
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais		1.487.798	269.137	2.559.536	562.659
Imposto de renda e contribuição social pagos/compensados		(1.651)	-	(1.651)	-
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13	(111.095)	-	(45.309)	(219.692)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		1.375.052	269.137	2.512.576	342.967
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aporte em controladas, coligadas e controladas em conjunto	8	-	(222.001)	-	-
Redução de capital	8	-	4.028	-	-
Mútuo com coligada		-	91.047	-	91.047
Mútuo com controlada		-	63.915	-	63.915
Aquisição de imobilizado		1.191	(1.396)	1.266	(29.045)
Aquisição de intangível		(392)	(2.137)	(221.607)	(170.493)
Amortização ágio		3.985	-	3.985	-
Aplicações financeiras	4	46.733	(151.564)	(742.705)	(178.042)
Recebimento de dividendos e JSCP		1.809	98.367	-	6.133
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(53.327)	(119.741)	(959.061)	(216.485)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	13	-	-	-	9.735
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	13	(1.450.349)	(71.630)	(1.824.639)	(170.481)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(1.450.349)	(71.630)	(1.824.639)	(160.746)
Aumento (Redução) líquido no saldo de caixa e equivalente de caixa		(21.970)	77.766	(271.124)	(34.264)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	272.780	195.014	629.490	663.754
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3	250.810	272.780	358.366	629.490
Aumento (Redução) líquido no saldo de caixa e equivalente de caixa		(21.970)	77.766	(271.124)	(34.264)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1 Informações gerais

1.1 Operações da Companhia

A Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR ("INVEPAR", "Companhia" ou "Controladora"), cuja sede está localizada na Avenida Almirante Barroso, 52, salas, 3001 e 3002, Centro - Rio de Janeiro - RJ foi constituída sob a forma de "sociedade por ações". A Companhia possui registro como Companhia Aberta, na categoria "A", junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A INVEPAR atua no setor de infraestrutura de transportes no Brasil, com foco nos segmentos de rodovias, mobilidade urbana e aeroportos, como segue:

Empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas

Rodovias

Linha Amarela S.A. - LAMSA
Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN
Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT
Concessionária ViaRio S.A. - VIARIO
Concessionária BR-040 S.A. - VIA040
PEX S.A. - PEX
Línea Amarilla Brasil Participações S.A. - LAMBRA

Mobilidade Urbana

Concessionária do VLT Carioca S.A. - VLT

Aeroportos

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - *GRU AIRPORT*

Fundo de Investimento exclusivo

Fundo de Investimento CAIXA Mover - Fundo Mover

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

INVP Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC INVEPAR

Holdings

HLASA Participações S.A. - HLASA

A INVEPAR e o conjunto de empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto são denominados "grupo INVEPAR" ou "grupo".

As demonstrações contábeis das controladas, e das coligadas VIARIO, CRT e VLT foram contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial (Nota8). Os períodos das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas.

No decorrer do ano de 2021, a Companhia, concluiu projetos para recuperação de seu capital circulante líquido, além de venda de investimentos, acordado em 20 de setembro de 2020, após análise que esse investimento poderia gerar recursos para outros investimentos na Companhia. A Administração vem em constante trabalho, junto as equipes operacionais e de planejamento na melhoria da melhor aplicabilidade seus custos e renegociação de contratos com fornecedores, criando uma redução nos seus custos e despesas.

No que diz respeito à controlada indireta *GRU AIRPORT*, a Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2021, não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

O valor recuperável foi estimado com base no seu valor em uso, calculado entre 1º de janeiro de 2022 até 10 de julho de 2032 (previsão de término do contrato de concessão) com base no Plano Anual de Negócios de *GRU AIRPORT*.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

O Plano Anual de Negócios foi construído com base em metodologias de mercado do setor de atuação da controlada e é anualmente revisado pela Administração. As projeções de receita, custos, investimentos e reinvestimentos são baseadas em premissas de mercado e indicadores macroeconômicos que permitem a sustentação do ativo de concessão registrado no intangível (nota 11 e 14). Essas mesmas premissas demonstram lucro tributável futuro, o que permite o reconhecimento e manutenção integral do imposto ativo diferido (nota 6b).

Em 08 de novembro de 2021, a Companhia assinou o contrato de reestruturação da Venda dos Metrô Rios e Barra, além da Holding HMOBI, para a *Mubadala Capital*, projeto com início em 20 de setembro de 2020, como mencionado acima. Essa reestruturação gerou a quitação do pagamento de um total de uma dívida de debêntures de R\$ 1.838.967 (Nota 13). Essa transação de venda dos investimentos acima, gerou um ganho de capital para a Invepar de R\$ 817.690 (Nota 18).

Diante de todos esses esforços em busca da melhoria da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, a INVEPAR apresentou um capital circulante líquido de R\$ 539.450 na controladora e um capital circulante líquido negativo de R\$ 1.196.581 no consolidado. Em 31 de dezembro de 2020 apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 1.377.777 e de R\$ 2.637.128 respectivamente na controladora e consolidado..

Invepar

(a) Rating

Em 07 de abril de 2021, a agência S&P rebaixou o *rating* corporativo da Invepar na escala nacional de “brCCC-” para “brCC”. Essa ação não tem impacto sobre a 3ª e 5ª emissões de debêntures que mantiveram seus *ratings* em “brC”.

Em 11 de novembro de 2021, a agência S&P revisou os *ratings* da Companhia, passando de ‘CC’ para ‘D’ na Escala Global e de ‘brCC-’ para ‘D’ na Escala Nacional Brasil. Também foram rebaixados os ratings da 3ª e 5ª emissões de debêntures da Invepar (“Debentures”), passando de ‘brC’ para ‘D’, respectivamente. Em 19 de novembro de 2021 em Assembleia Geral de Debenturistas foi aprovada a não declaração de vencimento antecipado da dívida.

LAMSA

(b) Processo de encampação

Em 29 de outubro de 2019, a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro enviou Projeto de Lei Complementar à Câmara Municipal para ser votado, em regime de urgência, com o objetivo de encampação do contrato de concessão da Linha Amarela.

Em 06 de novembro de 2019, a LAMSA obteve decisão judicial favorável, assegurando a execução do Contrato de Concessão até que se estabeleça processo administrativo garantindo o direito da concessionária à ampla defesa e à indenização prévia.

Após diversas liminares favoráveis que garantiram a execução do contrato de concessão, em 16 de setembro de 2020, o Município do Rio de Janeiro obteve liminar (SLS nº 2792) junto Superior Tribunal de Justiça (STJ), assegurando o prosseguimento dos atos de encampação, suspendendo a cobrança de tarifa. E, em 03 de março de 2021, após Reclamação (RCL) 43697 apresentada pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), o Ministro Luiz Fux, deferiu liminar e suspendeu os efeitos da decisão obtida pelo Município do Rio de Janeiro.

A cobrança da tarifa foi restabelecida em 09 de abril de 2021, com o valor provisório de R\$ 4,00 (quatro reais), fixado pelo juízo, após audiência de conciliação realizada em 05 de abril de 2021, na qual ficou ajustada a realização de perícia no processo de origem (TJRJ nº 0337389-74.2019.8.19.0001) para apurar os desequilíbrios apontados pelas partes.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 **(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

A perícia foi realizada pela Alumni COPPEAD e concluída em 22 de novembro de 2021, sendo deferido prazo às partes para manifestação sobre o laudo, para posterior esclarecimento técnico e envio ao Supremo Tribunal Federal.

A Companhia entende que a encampação é ilegal, pois não há razões jurídicas para cessação do contrato de concessão, uma vez que as discussões envolvendo os aditivos celebrados, bem como o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato são objeto de discussões judiciais.

(c) Rebaixamento *Rating*

Na AGD de 31 de julho de 2020, os debenturistas deliberaram sobre a não declaração de vencimento antecipado das debêntures em razão dos rebaixamentos da classificação de risco atribuído à Emissão com renúncia temporária da cláusula de *rating* mínimo pelo prazo de 12 (doze) meses.

Em 21 de setembro de 2020, em decorrência da decisão do Superior Tribunal de Justiça, do dia 15 de setembro de 2020, que suspendeu as liminares que impediam a encampação da concessão da via expressa Linha Amarela, objeto de contrato entre a LAMSA e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, a agência de classificação de riscos Moody's Corporation alterou a classificação de risco atribuída à 2ª emissão de debêntures privada da LAMSA ("Emissão" ou "Debêntures"), passando de 'B2.br' para 'Caa1.br' na escala nacional, e de 'B3' para 'Caa1' na escala global. Esse rebaixamento não gera impacto na emissão de debêntures, dada a aprovação mencionada no parágrafo anterior.

Em 29 de junho de 2021 foi atribuído pela *Moody's* Local Brasil o *rating* CCC+.br à 2ª emissão de debêntures privadas da Lamsa, equivalente ao *rating* atribuído anteriormente.

Em 06 de dezembro de 2021, foi assinado em Ata da Assembleia Geral de Debenturistas, a não cobrança antecipada do Contrato de Cessão Fiduciária, pelo descumprimento no dia 30 de março de 2021, os termos da Cláusula 2.2.

Em 31 de dezembro de 2021, não houve alteração do *rating*, permanecendo em CCC+.br à 2ª emissão de debêntures.

VIA040

(a) Relicitação

Em 07 de agosto de 2019 foi publicado o Decreto nº 9.957/2019, que regulamenta o procedimento de relicitação dos contratos de parceria nos setores rodoviários, ferroviário e aeroportuário. Diante da publicação do referido Decreto, a VIA040, apresentou novo pedido de Relicitação, contendo justificativas pormenorizadas da necessidade de relicitação do empreendimento. Em 26 de novembro de 2019, a ANTT aprovou o pedido, e, em 10 de janeiro de 2020, o pedido foi recomendado para qualificação pelo Programa de Parceria e Investimentos (PPI), secretaria vinculada à Casa Civil. Em 18 de janeiro de 2020, o Decreto 10.248 do Poder Executivo, qualificou o trecho da Rodovia BR-040 para fins de relicitação.

Em 14 de julho de 2020, a Diretoria da ANTT aprovou a permissão para celebração de aditivo contratual que direciona a relicitação da VIA040 e em 20 de novembro de 2020, a VIA040 e a ANTT assinaram Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da BR-040/DF/GO/MG, dando continuidade ao processo de relicitação previsto pelo Decreto Federal nº 9.957/2019, no âmbito do PPI. O Termo Aditivo estabelece, dentre outras matérias, as condições para prestação dos serviços de operação, manutenção, conservação e monitoração a serem mantidos pela VIA040 até 18 de fevereiro de 2022.

1.2 Efeitos da pandemia da COVID-19

Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus, o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica. Os resultados da Companhia e suas controladas foram duramente afetados.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

No segmento de Rodovias os impactos do COVID-19, estão em processo de recuperação, conforme demonstrado abaixo:

LAMSA

A LAMSA registrou 32,7 milhões de VEP's no de 2021, um aumento expressivo de 47% em relação ao ano anterior, isso demonstra que a Companhia vem se recuperando dos problemas da pandemia da COVID-19. Adicionalmente, o fim do processo STJ (não cobrança de pedágio no 4T20) impactou no aumento de arrecadação. No comparativo trimestral de 4T21, o aumento é de 100%, visto que a Companhia não registrou VEP's, ou seja, não obteve recebimento de pedágio, devido a decisão do STJ a partir de 16 de setembro de 2020.

Rodovias (VEP mil)	4T21	4T20	%	12M21	12M20	%
LAMSA	11.716	-	100	32.740	22.276	47

(VEP - Veículo Equivalente Pagante)

VIA040

A VIA040 registrou 34,2 milhões de VEP, um aumento de 8,5% no ano 2021, comparado com o ano 2020. Analisando o 4T21 verifica-se uma redução de 1% quando comparado ao 4T20, chegando ao montante de 8,9 milhões de VEPs., decorrentes das fortes chuvas que ocorreram na localização da Rodovia, sinistrando, vários trechos e prejudicando a circulação dos veículos na rodovia, sinistros esses que foram avaliados pela seguradora para os devidos ressarcimentos.

Rodovias (VEP mil)	4T21	4T20	%	12M21	12M20	%
VIA040	8.932	9.048	-1,0	34.192	31.517	8,5

(VEP - Veículo Equivalente Pagante)

CLN

A CLN registrou 2,3 milhões de VEP ano de 2021 um aumento de 8,4%, quando comparado com o ano de 2020. Analisando o 4T21 um volume menor de -11% comparado com 4T20, decorrente das fortes chuvas que ocorreram no 4T21, prejudicando a circulação dos veículos no acesso ao litoral da rodovia, sinistrando, vários trechos e prejudicando a circulação dos veículos na rodovia, sinistros esses que foram avaliados pela seguradora para os devidos ressarcimentos.

Rodovias (VEP mil)	4T21	4T20	%	12M21	12M20	%
CLN	2.287	2.535	-11,0	8.543	7.883	8,4

(VEP - Veículo Equivalente Pagante)

No segmento de Aeroportuário, os efeitos da pandemia da COVID-19 são ainda considerados impactantes principalmente na nossa subsidiária Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. – “GRUPAR”, controladora da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. – “GRU AIRPORT”, que mencionaremos em quadro comparativos dos impactos da COVID nesse segmento.

GRU Airport	2021	2020	%	4T21	4T20	%
Passageiros total (Mil)	24.172	20.323	18,9%	8.331	5.865	42,0%
Movimento total de Aeronaves	188.573	155.912	20,9%	59.408	45.652	30,1%
Carga total (Toneladas)	330.608	211.079	56,6%	85.766	62.414	37,4%

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Todas as ações realizadas, pela Administração da *GRU AIRPORT*, como mencionado nas demonstrações contábeis divulgadas de 31 de dezembro de 2020 (publicadas na imprensa oficial em 26 de março de 2021 e nos websites: www.cvm.gov.br e www.gru.com.br), permanecem para o ano de 2021, para a preservação da saúde financeira e continuidade dos negócios, diante ainda das incertezas dos impactos da pandemia do Coronavírus.

Apesar do surgimento de novas variantes, até o momento da divulgação dessas demonstrações contábeis, diante da implementação do plano de vacinação contra a COVID-19, podemos observar uma melhora no cenário em relação à diminuição de casos de contaminação no país, refletindo uma melhora no desempenho operacional no comparativo ao mesmo período do ano anterior.

A Administração da Companhia e suas controladas continuarão tomando todas as ações necessárias para proteção, prevenção e mitigação dos riscos, visando (i) preservar a integridade dos colaboradores, clientes e comunidade envolvida, bem como (ii) aeroportuária e rodoviárias, visando minimizar os impactos nas operações como está sendo realizado desde o início da pandemia.

2 Principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

O encerramento das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizado pela Administração da Companhia em 20 de março de 2022, que compreendem:

(a) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

(b) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

As demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

2.2 Bases de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a INVEPAR e suas controladas. As participações da INVEPAR são:

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	% de participação da INVEPAR					
	2021			2020		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Empresas Consolidadas						
CLN	-	-	-	100,00	87,28	92,92
LAMBRA	100,00	-	100,00	100,00	-	100,00
GRUPAR	80,00	-	80,00	80,00	-	80,00
FUNDO MOVER	100,00	-	100,00	100,00	-	100,00
HMOBI	-	-	-	100,00	-	100,00
Ativos mantidos para venda						
	% de participação da INVEPAR					
	2021			2020		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
LAMSA	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
CLN	100,00	87,28	92,92	-	-	-
METRÔRIO	-	-	-	100,00	-	100,00
METRÔBARRA	-	-	-	100,00	-	100,00
Operações descontinuadas						
PEX	100,00	-	100,00	100,00	-	100,00
VIA040	100,00	-	100,00	100,00	-	100,00

Controladas

Controladas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas contábeis e operacionais, está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados.

Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

As controladas foram consolidadas somando-se integralmente as contas de ativo, passivo e resultado, destacando-se a participação dos acionistas não controladores, quando aplicável. A consolidação é feita a partir da data de aquisição de cada controlada e tem como principais procedimentos: (i) a eliminação das transações realizadas entre as empresas consolidadas; e (ii) a eliminação das participações no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas.

2.3 Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação de serviço, especificada no contrato acordado com o cliente, mensurados como receitas acessórias.

A Companhia reconhece a contraprestação de serviço no momento em que transfere ao cliente o controle sobre o serviço.

(a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente (IFRS 15).

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Receita de serviços tarifários: é reconhecida pelas tarifas pagas pelos usuários quando da efetiva utilização dos serviços, equipamentos, instalações e das facilidades disponíveis no sistema. Essas tarifas são realizadas de acordo com as regras previstas no Contrato de Concessão.

Receita de serviços não tarifários: conforme previsto no Contrato de Concessão, as Concessionárias podem reconhecer receitas não tarifárias mediante cessão de espaços através de contratos celebrados com prestadores de serviços ou exploradores de outras atividades econômicas.

(b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

(c) Receita de construção

A Companhia é alcançada pela ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), e está sendo registrada receita de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente (IFRS 15). Dessa forma, a Companhia e suas controladas contabilizam receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

As margens de construção são calculadas por empresa, de acordo com a particularidade de cada negócio, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária de cada concessionária e os custos incorridos pelas empresas com o gerenciamento e acompanhamento das obras.

2.4 Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Concessionária. Esses investimentos são avaliados ao valor justo por meio do resultado, acrescidos de juros até a data do balanço, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

Os equivalentes de caixa são representados por recursos não vinculados/restritos que são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

2.5 Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Controlada e Controladoras.

A provisão para perdas esperadas de créditos é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para o contas a receber e é constituída com base na avaliação de clientes com perspectivas de não pagamento e recorrências de atrasos e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as perdas futuras na realização dos créditos, levando em consideração o valor do saldo de cada cliente e seu histórico de perdas.

Em cada data de balanço, a Controlada e Controladoras avaliam se os contas a receber estão com problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2.6 Estoques

Os estoques são registrados pelo custo médio de aquisição ajustados ao valor realizável líquido e das eventuais perdas quando aplicável. Os estoques cuja expectativa de utilização ocorra após 12 meses ou mais da data das demonstrações contábeis, são apresentados no ativo não circulante.

2.7 Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações contábeis da Controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da controlada. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Os investimentos quando negativos são reclassificados para conta apropriada no passivo sendo denominado "Provisão para passivo à descoberto".

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da Controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil, e reconhece o montante na demonstração do resultado da Controladora.

Quando ocorre a perda de influência significativa sobre as investidas a Companhia avalia e reconhece o investimento pelo valor justo, sendo reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da investida no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente.

2.8 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear as taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2.9 Intangível

Refere-se ao valor do direito de concessão registrado a valor presente, os investimentos para a concessão e os direitos de uso de software, sendo registrados ao custo de aquisição.

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados ao custo da construção e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados inicialmente, ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis referentes ao direito da concessão são amortizados pelo método linear, exceto *GRU AIRPORT* que é amortizada pela curva de passageiros, pelo prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de início da operação do ativo. Os demais itens do ativos intangível, com vida útil definida, são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

A Companhia e suas controladas reconhecem um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente.

Também podem fazer parte do intangível, equipamentos e peças de reposição ou de aplicação em obras de ampliação estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.10 Benefícios a empregados

As Concessionárias: *GRU AIRPORT*, CLN, LAMSA, VIA040, além da Invepar, concedem benefícios a empregados incluindo plano de previdência privada, assistência médica, odontológica, participação nos resultados, dentre outros, e é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável. Para os empregados admitidos pela Concessionária, o plano de previdência privada oferecido é o BrasilPrev, benefício de aposentadoria por sobrevivência previsto no PGDL e/ou indenização sob a forma de renda prevista no VGDL.

Um passivo de benefícios aos empregados é provisionado conforme o salário, férias e licenças no período em que os serviços relacionados são prestados, a um montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

2.11 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e os valores contábeis líquidos excedam o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base no contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado de ativo ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Até 31 de dezembro de 2021 foram identificados perdas por valor recuperável de investimento no montante de R\$ 20.254, sendo R\$ 15.373 no VLT e R\$ 4.879 na CRT (em 31 de dezembro de 2020 – R\$ 61.358), essas perdas são da desvalorizações no investimentos: CRA e CBN que foram vendidos em 2021.

2.12 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Concessionária e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Concessionária possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.13 Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Receitas de pedágio e não tarifárias	Demais receitas	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65% e 1,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3% e 7,6%	7,60%	4,00%
Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza	ISS	2% e 5% (*)	-	-

(*) A alíquota de Imposto sobre Serviços (ISS) é de 2% para receitas tarifárias do aeroporto e 5% para operação de rodovias e receitas não tarifárias do aeroporto. Em 23 de dezembro de 2014 foi aprovada a Lei 7.342/14 que alterou o ISS sobre as receitas tarifárias de 2% para 5%. Quanto a tributação do PIS e COFINS, a Companhia adota o regime de não cumulatividade.

A Companhia e suas controladas, exceto *GRU AIRPORT*, adotam o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 47 (IFRS 15), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício, para as companhias estabelecidas no Brasil, compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), corrente e diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 **(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

2.14 Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o mesmo período. O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas em suas respectivas ações.

2.15 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

A determinação da apuração do ajuste a valor presente envolve elementos do ativo e passivo de longo prazo. Todos os elementos integrantes do ativo realizável e do passivo exigível devem ser ajustados ao seu valor presente, mediante descontos que considerem os juros embutidos pré-fixados. Os demais ativos e passivos de curto prazo somente deverão ser ajustados ao seu valor presente caso esse ajuste tenha efeito relevante nas demonstrações contábeis.

Conforme definição do CPC 12, o Ajuste a Valor Presente objetiva efetuar o ajuste para demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa futuro (o valor de um direito ou obrigação descontadas as taxas implícitas em seu valor original, registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras).

2.16 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis.

A Companhia possui sistemas de recebimento para notas fiscais para registro de serviços com datas de corte intermediárias. Desta forma, ao final de cada mês existem despesas já auferidas pela Companhia, mas efetivamente faturadas pelos seus clientes. Essas despesas são registradas provisões, que levam em consideração dados históricos de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento do prestador de serviço. Como são utilizados dados históricos, essas estimativas estão sujeitas a incertezas significativas.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Estimativas e premissas:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou, investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação a interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como exemplo a localização das Concessionárias, pelos municípios terem uma legislação vigente diferente de um outro que tenha praça de cobrança de pedágio.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento tributário.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. Na nota explicativa 21 estão as premissas e cálculos.

Provisões para riscos tributários, cíveis, administrativos e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, administrativas e trabalhistas quando aplicáveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. Estas taxas do ativo imobilizado são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos, sendo o ativo intangível limitado ao prazo da concessão de *GRU AIRPORT*.

2.17 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Concessionária são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com o CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Concessionária se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- *Custo amortizado*: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- *Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)*: quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- *Valor justo por meio do resultado (VJR)*: quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pelas Concessionárias.

Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Concessionária para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, as Concessionárias classificam os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2.18 Combinações de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

2.19 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos.

2.20 Contrato de concessão – ICPC 01 (R1) IFRIC 12

As Concessionárias da Companhia contabilizam seus contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do contrato de concessão.

2.21 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) – Demonstração dos fluxos de caixa (IAS 7).

A demonstração do valor adicionado foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o Pronunciamento CPC 09 – Demonstração do valor adicionado.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2.22 Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não circulantes classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo, conforme apresentado no CPC 31 – Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais e costumeiros para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável.

A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação. Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda que envolve a perda de controle de uma controlada, quando atendidos os critérios descritos no parágrafo anterior, todos os ativos e passivos dessa controlada são classificados como mantidos para venda nas demonstrações contábeis consolidadas, mesmo se após a venda a Companhia ainda retenha participação na empresa. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados.

2.23 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas.

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022, conforme segue:

- (a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) – A partir de 1º. de janeiro de 2022.
- (b) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16) - A partir de 1º. de janeiro de 2022.
- (c) Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3) - A partir de 1º. de janeiro de 2022.
- (d) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) - A partir de 1º. de janeiro de 2023.
- (e) IFRS 17 Contratos de Seguros - A partir de 1º. de janeiro de 2023.

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.24 Ajuste nos saldos comparativos

LAMSA, CLN, METRÔRIO E METROBARRA

Em 28 de setembro de 2020, após as aprovações em Assembleias Gerais de Acionistas as controladas LAMSA, MetrôRio e MetrôBarra foram e classificadas no grupo “Ativos mantidos para venda”, em 31 de dezembro de 2020.

Em 30 de junho 2021, a CLN foi classificados no grupo “Ativos mantidos para venda”, decorrente do recebimento de propostas do mercado para compradores para a Companhia.

Foram apresentados saldos comparativos pró-forma a fim de se manter a comparabilidade dos respectivos saldos e demonstrar o impacto caso a classificação tivesse sido feita no exercício anterior, para a CLN que foi classificada em 2021.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Segue abaixo quadro comparativo, considerando a companhia CLN consolidada em 2020 e da Companhia na linha de “Ativos mantidos para venda operações descontinuidas”:

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DEZEMBRO DE 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
		2021	2021	2020 (Pró-forma)	2020 (Pró-forma)	2020	2020
CIRCULANTE						-	-
Caixa e equivalentes de caixa	3	250.810	358.366	272.780	607.546	272.780	629.490
Aplicações financeiras	4	120.190	1.011.084	148.617	300.102	148.617	300.102
Contas a receber	5	-	221.058	-	150.077	-	153.747
Estoques		-	11.686	-	10.310	-	10.638
Tributos a recuperar	6.a	6.005	45.360	4.677	35.649	4.677	36.364
Adiantamentos		325	7.415	560	7.643	560	8.250
Dividendos e juros sobre capital próprio	7	155.888	-	155.970	-	155.970	-
Partes relacionadas	7	57.339	-	92.505	56	92.505	56
Instrumentos financeiros derivativos	21.e	-	-	45.386	45.386	45.386	45.386
Outros		1.012	1.008	608	198	376	198
Total do ativo circulante		591.569	1.655.976	721.103	1.156.967	720.871	1.184.231
Ativos mantidos para venda e operações descontinuidas	8 e 25	240.762	1.797.621	1.461.896	5.274.133	1.363.733	5.118.921
TOTAL		832.331	3.453.597	2.182.999	6.431.100	2.084.604	6.303.152
NÃO CIRCULANTE							
Aplicações financeiras	4	-	178.646	20.033	128.389	20.033	128.389
Contas a receber	5	-	46.304	-	22.767	-	22.767
Contas a receber - Venda de investimento	5.b	99.311	99.311	99.311	99.311	99.311	99.311
Tributos a recuperar	6.a	-	336.977	-	362.025	-	362.025
Impostos diferidos ativos	6.b	-	787.619	-	609.840	-	610.113
Partes relacionadas	7	244.878	134.064	292.531	123.502	292.531	123.502
Dividendos e juros sobre capital próprio	7	11.075	-	11.075	-	11.075	-
Depósitos judiciais	15	1.015	31.159	1.039	29.768	1.039	30.954
Outros		-	4.173	-	4.253	-	4.253
Investimentos	8	77.761	77.698	78.549	78.314	176.712	78.317
Imobilizado	10	5.868	7.752	8.064	10.716	8.064	15.613
Intangível	11	17.138	12.766.537	22.005	13.356.366	22.005	13.477.958
Total do ativo não circulante		457.046	14.470.241	532.607	14.825.251	630.770	14.953.202
TOTAL DO ATIVO		1.289.377	17.923.838	2.715.606	21.256.351	2.715.374	21.256.354

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DEZEMBRO DE 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

		Continuação					
	Nota	Controladora 2021	Consolidado 2021	Controladora 2020 (Pró-forma)	Consolidado 2020 (Pró-forma)	Controladora 2020	Consolidado 2020
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
CIRCULANTE							
Fornecedores	12	2.848	53.199	3.614	44.760	3.614	50.446
Empréstimos e financiamentos	13	-	322.347	-	296.122	-	302.202
Debêntures	13	-	129.849	1.899.711	2.004.102	1.899.711	2.004.102
Tributos a recolher	6.c	-	147.192	1.334	105.329	1.334	106.668
Obrigações com empregados e administradores		40.492	25.532	12.409	10.481	12.409	24.038
Concessão de serviço público	14	8.518	2.204.864	-	1.207.381	-	1.207.381
Adiantamentos de clientes		-	6.787	-	22.905	-	22.905
Partes relacionadas	7	261	-	384	637	384	637
Instrumentos financeiros derivativos	21.e	-	-	-	-	-	-
Receita diferida		-	26.478	-	-	-	-
Outros		-	119.669	-	101.167	-	102.980
Total do passivo circulante		52.119	3.035.917	1.917.452	3.792.100	1.917.452	3.821.359
Passivos mantidos para venda e operação descontinuada	8 e 25	252.581	1.586.905	116.572	3.590.929	116.572	3.542.069
TOTAL		304.700	4.622.822	2.034.024	7.383.029	2.034.024	7.363.428
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos	13	-	2.047.212	-	2.364.593	-	2.379.177
Debêntures	13	875.718	1.411.927	343.925	925.545	343.925	925.545
Concessão de serviço público	14	-	12.521.796	-	12.089.152	-	12.089.152
Adiantamentos de clientes		-	3.619	-	-	-	-
Provisão para riscos processuais	15	1.116	38.999	1.082	30.951	1.082	35.747
Dividendos a pagar	7	22.841	24.073	22.842	24.073	22.842	24.073
Receita diferida		-	152.617	-	128.968	-	128.968
Provisão para passivo descoberto	8	1.275.051	-	875.069	-	875.069	-
Outros		897	894	1.062	2.531	1.062	2.753
Total do passivo não circulante		2.175.623	16.201.137	1.243.981	15.565.812	1.243.981	15.585.415
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)							
Capital social	16.a	3.867.919	3.867.919	3.867.919	3.867.919	3.867.919	3.867.919
Prejuízos acumulados		(5.058.865)	(5.058.865)	(4.430.550)	(4.430.550)	(4.430.550)	(4.430.550)
		(1.190.946)	(1.190.946)	(562.631)	(562.631)	(562.631)	(562.631)
Participação dos não controladores		-	(1.709.176)	-	(1.129.858)	-	(1.129.858)
Total do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		(1.190.946)	(2.900.122)	(562.631)	(1.692.489)	(562.631)	(1.692.489)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.289.377	17.923.837	2.715.374	21.256.352	2.715.374	21.256.354

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por lote mil ações)

	Nota	Controladora 2021	Consolidado 2021	Controladora 2020 (Pró-forma)	Consolidado 2020 (Pró-forma)	Controladora 2020	Consolidado 2020
Receita operacional líquida	17	-	1.602.775	-	1.375.755	-	1.436.216
Receita de construção	17	-	32.024	-	39.543	-	39.543
Custo dos serviços prestados	17	-	(1.255.344)	-	(1.335.542)	-	(1.370.317)
Custo de construção	17	-	(32.024)	-	(39.543)	-	(39.543)
LUCRO BRUTO		-	347.431	-	40.213	-	65.899
Receitas (despesas) operacionais							
Gerais e administrativas	17	(96.550)	(170.017)	(87.339)	(319.336)	(87.339)	(333.793)
Equivalência patrimonial	8	(380.818)	19.308	(100.390)	2.097	(110.821)	2.097
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	828.429	1.586.454	(116.419)	643.102	(116.419)	643.445
RESULTADO OPERACIONAL		351.061	1.783.176	(304.148)	366.076	(314.579)	377.648
			1.586.454				
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS							
Receitas financeiras	18	76.689	116.273	346.173	405.131	346.173	406.102
Despesas financeiras	18	(496.230)	(2.728.537)	(655.889)	(2.071.372)	(655.889)	(2.073.172)
Total		(419.541)	(2.612.264)	(309.716)	(1.666.241)	(309.716)	(1.667.070)
PREJUÍZO DO PERÍODO DE OPERAÇÕES CONTINUADAS		(68.480)	(829.088)	(613.864)	(1.300.165)	(624.295)	(1.289.422)
Imposto de renda e contribuição social	6.d	(40.810)	136.948	-	590.300	-	589.987
Corrente		(40.810)	136.948	-	-	-	(600)
Diferido		-	136.948	-	590.300	-	590.587
PREJUÍZO DO PERÍODO DE OPERAÇÕES CONTINUADAS		(109.290)	(692.140)	(613.864)	(709.865)	(624.295)	(699.435)
Atribuível aos acionistas não controladores			(582.851)	-	(75.140)		(75.140)
Atribuível aos acionistas controladores		(109.290)	(109.289)	(613.864)	(634.725)	(624.295)	(624.295)
Prejuízo do período do ativo mantido para venda e operações descontinuadas	8 e 25	(519.026)	(519.026)	(725.597)	(725.597)	(715.165)	(715.165)
PREJUÍZO DO PERÍODO		(628.316)	(1.211.166)	(1.339.461)	(1.435.462)	(1.339.460)	(1.414.600)

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício findo em 31 de dezembro 2020

(Em milhares de reais)

		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2020</u>	<u>2020</u>	<u>2020</u>
				<u>(Pró-forma)</u>	<u>Pró-forma</u>		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS							
Resultado antes dos impostos		(68.481)	(829.088)	(613.553)	(1.300.164)	(624.295)	(1.289.422)
Ajustes:							
Resultado de operações descontinuadas e mantidos a venda		(519.026)	(519.026)	-	122.284	-	122.284
Depreciações e amortizações	10 e 11	6.264	813.060	10.812	934.689	10.812	939.129
Baixa de imobilizado e intangível	10 e 11	-	75	3	30.385	3	30.490
(Reversão) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa		-	(54.942)	-	(459)	-	-
Dividendos e JSCP		(12.967)	(12.885)	-	-	-	-
Perda de valor recuperável investimentos		3.063	3.985	61.358	-	61.358	-
Perda de valor recuperável imobilizado		1.239	(1.348)	-	-	-	-
Provisões diversas		-	-	(4.810)	(38.101)	(4.810)	(38.101)
Equivalência patrimonial	8	(380.818)	19.308	100.079	(2.097)	110.821	(2.097)
Apropriação receita diferida		-	-	-	(13.697)	-	(13.697)
Constituição de outorga variável	14	-	(580.709)	-	163.641	-	163.641
Ajuste de operações de hedge		45.386	45.386	25.437	25.437	25.437	25.437
Provisão para riscos processuais		-	-	-	(1.633)	-	-
Variações monetárias e encargos, líquidos		514.732	820.735	233.833	737.129	233.833	738.134
Participações dos acionistas não controladores		-	579.318	-	-	-	-
Outros créditos		(636)	(1.307)	-	-	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:							
Contas a receber de clientes	5.a	-	-	-	209.439	-	209.357
Venda de investimento	5.b	-	(35.905)	(99.311)	(99.311)	(99.311)	(99.311)
Estoques		-	(1.048)	-	71.172	-	71.290
Impostos a recuperar	6	(1.328)	16.052	6.676	53.569	6.676	53.198
Depósitos judiciais	15	-	-	(365)	47.013	(365)	47.013
Adiantamentos		-	-	555	18.294	555	18.007
Partes relacionadas	7	82.819	(10.506)	(51.621)	(696)	(51.621)	(696)
Outros		(133)	18.163	619.717	2.250	619.717	2.245
(Aumento) redução nos ativos operacionais dos ativos mantidos para venda e operação descontinuada		1.221.134	3.447.788	-	19.087	-	19.087
(Aumento) redução nos passivos operacionais:							
Fornecedores	12	(766)	2.753	101	3.768	101	-
Obrigações com empregados e administradores		(3.891)	1.494	(19.764)	(79.105)	(19.764)	(79.596)
Impostos a recolher	6	39.158	(136.982)	(10)	(70.229)	(10)	(70.438)
Receita diferida		-	50.127	-	-	-	-
Partes relacionadas		(123)	(637)	-	(397.105)	-	(393.871)
Adiantamentos clientes		-	(12.499)	-	-	-	-
Obrigações com o poder concedente		-	2.010.836	-	-	-	-
Outras obrigações e contas a pagar		259	629	-	(1.089)	-	-
Provisão para perda de investimento		399.982	-	-	-	-	-

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(Aumento) redução nos passivos operacionais dos ativos mantidos para venda e operação descontinuada		136.009	(2.534.482)	-	19.805	-	19.805
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais		1.461.876	3.098.345	269.137	454.276	269.137	471.888
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos/compensados		(40.809)	136.948	-	91.725	-	90.771
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13	(178.279)	(810.402)	-	(219.465)	-	(219.692)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		1.242.788	2.424.891	269.137	326.536	269.137	342.967
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO							
Aporte em controladas, coligadas e controladas em conjunto	8	-	-	(222.001)	-	(222.001)	-
Redução de capital	8	-	-	4.028	-	4.028	-
Mútuo com coligada		-	-	91.047	91.047	91.047	91.047
Mútuo com controlada		-	-	63.915	63.915	63.915	63.915
Aquisição de imobilizado		-	-	(1.396)	(28.375)	(1.396)	(29.045)
Aquisição de intangível		169	-	(2.137)	(153.395)	(2.137)	(170.493)
Aplicações financeiras	4	-	-	(151.564)	(177.975)	(151.564)	(178.042)
Recebimento de dividendos e JSCP		(48)	(82)	98.367	6.133	98.367	6.133
Recebimento de juros sobre debêntures		(392)	(221.607)	-	-	-	-
Recebimento por alienação de ativo	5.b	3.985	(3.063)	-	-	-	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos das atividades mantidas para venda e descontinuadas		48.460	(761.239)	-	-	-	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		52.174	(985.991)	(119.741)	(198.650)	(119.741)	(216.485)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO							
Captação de empréstimos e financiamentos	13	-	772	-	9.735	-	9.735
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	13	-	-	(71.630)	(169.374)	(71.630)	(170.481)
Aplicação financeira vinculada		(1.316.932)	(1.710.796)	-	-	-	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(1.316.932)	(1.710.024)	(71.630)	(159.639)	(71.630)	(160.746)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(21.970)	(271.124)	77.766	(31.753)	77.766	(34.264)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	272.780	629.490	195.014	639.299	195.014	663.754
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3	250.810	358.366	272.780	607.546	272.780	629.490
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(21.970)	(271.124)	77.766	(31.753)	77.766	(34.264)

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

3 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos	33	3.346	105.010	9.357
Aplicações financeiras				
Certificado de Depósito Bancário (CDB) (b)	230.057	249.423	232.636	600.122
Fundo Mover (a)	20.720	20.011	20.720	20.011
Total de caixa e equivalentes de caixa	250.810	272.780	358.366	629.490

As Aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. O grupo considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor e prontamente resgatáveis. Em 31 de dezembro de 2021, a rentabilidade média destas aplicações varia de 99,50% a 100,50% do CDI (91,06% a 121,47% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

- a) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, apenas a INVEPAR faz parte do Fundo Mover. A rentabilidade do fundo é equivalente a 90,24% do CDI (72,3% do CDI em 31 de dezembro de 2020). O Fundo Mover consolidado, em 31 de dezembro de 2021, é composto por R\$ 20.420, onde R\$ 15.1329 são títulos públicos federais e R\$ 5.391 são letras financeiras do tesouro.
- (b) Em 31 de dezembro de 2021, a rentabilidade média destas aplicações varia de 99,5% a 100,50% do CDI (91,06% a 121,47% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

4 Aplicações financeiras

	Taxa	Indexador	Controladora		Consolidado	
			2021	2020	2021	2020
Aplicações financeiras Circulante						
Certificados de Depósito Bancário - CDB (a)	92% a 100%	CDI	112.820	148.617	256.385	300.102
Conta pagamento / reserva de outorga	92% a 100%	CDI			747.330	
Cotas de investimento do fundo de investimento (c)	104,42%	CDI	9.096	20.033	9.096	-
Total circulante			121.916	168.650	1.012.811	300.102
Não circulante						
Conta reserva	92% a 100%	CDI	-	-	-	4.444
Conta reserva	92% a 100%	CDI	-	-	158.385	123.945
Total não circulante			-	-	158.385	128.389
Total de aplicação financeira			121.916	168.650	1.171.196	428.491

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

- (a) As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 31 de dezembro de 2021, a taxa média de rentabilidade destas aplicações era de 97,44% do CDI (92,25% em 31 de dezembro de 2020).
- (b) Os fundos são remunerados pela taxa média de 99,50% do CDI (121,47% do CDI em 31 de dezembro de 2021) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor o saldo da Conta Reserva, da Conta Pagamento e da Conta Outorga Fixa e da Conta Outorga Variável, destinado ao cumprimento das obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os Bancos Repassadores (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA e Bradesco), além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário.
- (c) As aplicações em cotas de fundos de investimento referem-se a fundos de investimentos em direitos creditórios ("FIDC"). A rentabilidade destas aplicações em 31 de dezembro de 2021 foi de 4,42% do CDI (34,7% em 31 de dezembro de 2020). O vencimento dos títulos e valores mobiliários é de 61 a 90 dias.

O Balanço patrimonial e a demonstração de resultado do FIDC INVEPAR em 31 de dezembro de 2021 estão abaixo demonstrados:

ATIVO	2021	2020	PASSIVO	2021	2020
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	6	101	Fornecedores	70	66
Aplicações financeiras	20.324	5.370			
Contas a receber	-	34.650			
Total do ativo circulante	20.331	40.121	Total do passivo circulante	70	66
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Capital social	19.390	39.939
			Resultado do período	871	117
			Total do patrimônio líquido	20.261	40.056
TOTAL	20.331	40.121	TOTAL	20.331	40.122
DRE					
Receitas	(5.955)	447			
Despesas	5.201	(331)			
Lucro do exercício	(754)	117			

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

5 Valores a receber

5.a Contas a receber

	Consolidado	
	2021	2020
Ativo circulante		
Receitas acessórias (d)	187.928	184.418
Aeronaves e passageiros (a)	93.872	85.967
Armazenagem e capatazia (a)	21.759	16.250
Valores a receber de pegágios (b)	-	2.836
Outros	-	1.719
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(82.501)	(137.443)
Total circulante	221.058	153.747
Ativo não circulante		
Cessão de espaço (a)	9.855	5.037
Valores a receber GRU (c)	36.449	17.730
Total não circulante	46.304	22.767

- (a) Refere-se a operações da concessão do Aeroporto de Guarulhos (*GRU AIRPORT*), representando contas a receber por receitas tarifárias como aviação, armazenagem, passageiros e receitas não tarifárias como cessão de espaço.
- (b) Contas a receber de pedágio a prazo pela utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas das controladas do segmento de rodovias.
- (c) Refere-se a valores a receber de receitas de *GRU AIRPORT* junto à INFRAERO decorrentes da transição da operação.

	Total	Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	Saldo ainda vencido e sem perda por redução ao valor	Saldos vencidos						
				< 30 dias	de 31 - 60 dias	de 61 - 90 dias	de 91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias
2021	267.362	(82.501)	183.647	68.403	18.388	9.951	12.751	8.667	8.729	39.327
2020	176.514	(137.443)	145.691	55.602	17.611	9.530	12.212	8.301	8.360	55.650

* Parte do saldo vencido há mais de 180 dias não está provisionado, pois se refere basicamente aos valores a receber da INFRAERO em *GRU AIRPORT*, nos montantes de R\$ 36.449

Em 31 de dezembro de 2021, a provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa era de R\$ 82.501 (R\$ 137.443 em 31 de dezembro de 2020). O montante é substancialmente referente a *GRU AIRPORT*. A redução no montante em aberto refere-se e renegociação de contratos efetuados pela controlada GRU Airport.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

A controlada *GRU AIRPORT* avaliou as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando julgamento e avaliação para a provisão ou não, conforme percentual aplicado para cada nível de *aging* de vencimento, conforme quadro abaixo. Tendo em vista, o impacto da COVID-19, alguns clientes foram expurgados da matriz de provisões e avaliados individualmente. Devido a deterioração da situação financeira desses clientes, para esses casos, foi realizado provisão de 100%, independentemente do vencimento ou não dos títulos.

Títulos à vencer	Vencimentos								
	< 30 dias	31 à 60 dias	61 à 90 dias	91 à 120 dias	121 à 150 dias	151 à 180 dias	181 à 210 dias	211 a 240 dias	> 241 dias
-	-	25,03%	39,66%	56,83%	69,84%	80,08%	91,61%	100,0%	100,0%

Movimentação nas perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa:

	Consolidado	
	2021	2020
Saldo no início do exercício	(137.443)	(197.951)
(Adições)/reversões	54.829	(83.938)
Baixa	113	-
Transferido para "ativos mantidos para venda"	-	144.446
Saldo no fim do exercício	(82.501)	(137.443)

(d) Clientes relacionados a cessão de espaço, utilização do serviço de aéreos, não relacionados com as aeronave e serviços no terminal de cargas (TECA).

5.b Venda de investimento

Em 30 de abril de 2020, a alienação da CART foi realizada por R\$ 783.966, líquida da perda no montante de R\$ 80.241 capturada na avaliação do ativos mantidos para venda em 31 de dezembro de 2019 (conforme Nota 8).

Em maio de 2020, a Companhia recebeu o montante de R\$ 445.376 pela venda da CART ao IBH II e R\$ 81.328 em junho de 2020. Em 28 de setembro de 2020, a INVEPAR recebeu R\$ 93.673 e registrou uma perda adicional de R\$ 53.589 em decorrência do ajuste de preço da venda. Em 31 de dezembro de 2020 a INVEPAR reconheceu um ajuste a valor presente no montante de R\$ 10.689. O restante, de R\$ 99.311, receberá em até 4 anos:

Cronograma de recebimento no longo prazo:

Até 2 anos	R\$ 55.000
Até 3 anos	R\$ 27.500
Até 4 anos	R\$ 25.500
AVP	(R\$ 10.689)
Total	R\$ 99.311

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

A avaliação ao valor recuperável do ativo financeiro decorrente da venda das ações da CART considera a expectativa de recebimento do valor de R\$ 110 milhões dado em garantia ao Patria Investimentos. Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) liberação do valor dado em garantia sobre o período 2022 a 2024, conforme condições estabelecidas no contrato de compra e venda; (ii) atualização dos valores das parcelas liberadas com o CDI entre a data do fechamento da transação de compra e venda e as datas das respectivas liberações; (iii) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA) e CDI; (v) taxa de desconto do capital próprio para descontar o fluxo de caixa referente ao recebimento das parcelas do ativo financeiro.

As principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa sobre o período 2021 a 2024 para determinar o valor presente do ativo financeiro foram: custo do capital próprio nominal de em média 9,79%; taxa média de inflação (IPCA) de 3,33%; taxa média do CDI de 4,29% ao ano.

6 Impostos, taxas e contribuições

(a) Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Antecipação de imposto de renda e contribuição social (a)	2.171	3.688	7.838	7.234
Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social (a)	2.546	37	2.982	762
PIS e COFINS (b)	7	-	33.258	27.380
Outros	1.281	952	1.282	988
Total circulante	<u>6.005</u>	<u>4.677</u>	<u>45.360</u>	<u>36.364</u>
Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social	-	-	64	91
PIS e COFINS (b)	-	-	336.913	361.934
Total não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>336.977</u>	<u>362.025</u>

(a) Antecipação de IRPJ e CSLL do ano corrente e IRRF sobre aplicações financeiras

(b) Estão representados por créditos de PIS e COFINS da controlada *GRU AIRPORT* no montante de R\$ 336.913 e decorre, basicamente, da aquisição de bens e serviços sobre os investimentos conforme legislação vigente.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos (consolidado)

	Consolidado	
Natureza	2021	2020
Ativo diferido		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.330.493	1.206.076
Diferenças temporárias - Provisões indeduíveis	18.041	18.041
Total do ativo fiscal diferido	<u>1.348.534</u>	<u>1.224.117</u>
Passivo diferido		
Amortização do direito de concessão	(460.003)	(501.245)
Custo de captação	-	(28)
Margem de construção - RTT	(19.805)	(23.737)
Juros capitalizados (*)	-	-
AVP - Amortização de outorga	(81.107)	(88.994)
Outros diferidos passivos	-	-
Total do passivo fiscal diferido	<u>(560.915)</u>	<u>(614.004)</u>
Impostos diferidos – Ativo	<u>787.619</u>	<u>610.113</u>

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

As holdings INVEPAR, GRUPAR, LAMBRA, e HLASA não constituíram IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias, pois a Administração entende que as projeções de resultado não apresentam base tributável para realização dos respectivos impostos diferidos. Os valores não constituídos de IRPJ e CSLL diferidos são R\$ 865.070, R\$ 7.564, R\$ 38.474 e R\$ 84, respectivamente.

O saldo de IRPJ e CSLL diferidos não constituídos na controlada *GRU Airport* totaliza o montante de R\$ 1.613.221.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, as controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

	Consolidado
	2021
2024	23.238
2025	50.485
2026	77.054
2027 a 2032	1.197.759
Total dos ativos fiscais diferidos	1.348.536
Total dos passivos fiscais diferidos	(560.917)
Total dos impostos diferidos	787.619

Parcela substancial do ativo fiscal diferido é advindo da controlada *GRU Airport*. A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é viável, considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva prevista para ocorrer nos próximos anos.

(c) Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social	30.399	-	30.412	282
PIS e COFINS	10.909	820	104.998	94.930
ISS	18	25	11.151	7.620
IRRF e CSRF	(834)	460	630	2.708
INSS sobre terceiros	-	2	1	116
Tributos em parcelamento	-	-	-	286
Outros	-	27	-	726
Total	40.492	1.334	147.192	106.668

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(68.480)	(624.295)	(830.720)	(1.289.422)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	23.283	212.260	282.445	438.403
Adições/Exclusões permanentes	(691)	(1.340)	(769)	(1.714)
Exclusões permanentes	-	-	-	713
Equivalência patrimonial	(129.479)	(37.679)	6.565	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	66.052	(175.162)	(150.772)	147.263
Outros	25	1.921	(521)	4.828
Total dos impostos no resultado	(40.810)	-	136.948	589.493
Imposto de renda e contribuição social corrente	(40.810)	-	-	(600)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	136.948	590.587
Total dos impostos no resultado	-	-	-	589.987

A constituição do ativo fiscal diferido do ano de 2020, é reflexo da mudança na regra de cálculo, devido a revogação da Instrução Normativa CVM nº 371.

7 Partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo INVEPAR, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Em relação aos mútuos realizados entre a controladora e suas partes relacionadas, estes ocorrem em função da necessidade temporária de caixa destas controladas para o cumprimento de seus investimentos e/ou de suas operações, sendo sujeitas aos encargos financeiros pactuados entre as partes, conforme praticado no mercado e aprovados pelos órgãos da Administração.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Composição

		Controladora					
		2021					
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receita/Despesa
CLN	Dividendos/JSCP	Controlada	7.301	2.060			
CLN	Compartilhamento de Despesas (a)	Controlada	3.683	-	-	-	-
FUNCEF/PETROS/PREVI/YOSE MITE	Dividendos	Acionistas	-	-	-	22.841	-
GRUPAR	Compartilhamento de Despesas (a)	Controlada	-	11.075	-	-	-
GRUPAR	Dividendos	Controlada	521		-	-	-
HLASA	Compartilhamento de Despesas (a)	Controlada	85	-	-	-	-
INSTITUTO INVEPAR	Compartilhamento de Despesas (a)	Controlada	-	224	-	-	-
LAMBRA	Outros (g)	Controlada	-	110.451	-	-	-
LAMSA	Compartilhamento de Despesas (a)	Controlada	4.613	-	-	-	-
LAMSA	Dividendos	Controlada	146.860	4.267	-	-	-
PEX	Mútuo (f)	Controlada	-	140	-	-	(8)
VIA40	Compartilhamento de Despesas (a)	Controlada		-	-	-	-
VIA40	Outorga de garantia (c)	Controlada	22.177	-	-	-	(17.837)
VIARIO	Mútuo (f)	Controlada	26.260	89.793	-	-	(6.940)
VLT	AFAC (b)	Controlada	-	-	-	-	-
VLT	Mútuo (f)	Controlada		44.270	-	-	(13.611)
Total			211.500	262.280	-	22.841	(38.396)
	Total de dividendos e JSCP		154.161	17.402		22.841	
	Total de partes relacionadas		57.339	244.878			

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Consolidado							
2021							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receita/Despesa
ACSA	Dividendos	-	-	-	-	1.232	-
FUNCEF/PETROS/PREVI/YOSEMITE	Dividendos	Acionista	-	-	-	22.841	-
VIARIO	Mútuo (f)	Controlada	-	89.793	-	-	(6.940)
VLT	AFAC (b)	Controlada	-	6.891	-	-	-
VLT	Mútuo (f)	Controlada	-	44.271	-	-	(13.611)
Total			-	140.955	-	24.073	(20.551)
Total de AFAC/Dividendos			--	6.891	-	24.073	-
Total de partes relacionadas			-	134.064	-	-	(20.551)

Controladora							
2020							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receita/Despesa
LAMSA	Compartilhamento de Despesas (a)	Controlada	5.313	-	264	-	-
VIA040	Compartilhamento de Despesas (a)	Controlada	10.072	-	-	-	-
INSTITUTO INVEPAR	Compartilhamento de Despesas (a)	Controlada	-	224	49	-	-
CLN	Compartilhamento de Despesas (a)	Controlada	4.534	-	-	-	-
METRÔRIO	Compartilhamento de Despesas (a)	Controlada	32.677	-	71	-	-
METROBARRA	Compartilhamento de Despesas (a)	Controlada	5.331	-	-	-	-
LAMBRA	Outros (g)	Controlada	-	110.451	-	-	-
GRUPAR	Compartilhamento de Despesas (a)	Coligada	520	-	-	-	-
CRA	Compartilhamento de Despesas (a)	Controlada	56	-	-	-	-
HLASA	Compartilhamento de Despesas (a)	Controlada	15	-	-	-	-
METRÔRIO	AFAC (b)	Controlada	-	23.000	-	-	-
VLT	AFAC (b)	Controlada	-	6.891	-	-	-
VIA040	Outorga de garantia (c)	Controlada	21.771	-	-	-	-
METRÔRIO	Aval (d)	Controlada	-	58.447	-	-	-
METROBARRA	Garantia fiduciária	Controlada	12.216	-	-	-	-
PEX	Mútuo (e)	Controlada	-	131	-	-	2
VLT	Mútuo (e)	Coligada	-	40.425	-	-	9.425
VIARIO	Mútuo (e)	Controlada	-	82.853	-	-	22.218
CLN	JSCP	Controlada	5.360	-	-	-	-
LAMSA	JSCP	Controlada	4.568	-	-	-	-
FUNCEF/PETROS/PREVI/YOSEMITE	Dividendos	Acionista	-	-	-	22.842	-
GRUPAR	Dividendos	Controlada	-	11.075	-	-	-
LAMSA	Dividendos	Controlada	142.292	-	-	-	-
METRÔRIO	Dividendos	Controlada	2.557	-	-	-	-
CLN	Dividendos	Controlada	1.192	-	-	-	-
Total			248.474	333.497	384	22.842	31.645

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Consolidado							
2020							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	31/12/2019
INSTITUTO INVEPAR	Compartilhamento de despesas (a)	Controlada	-	224	49	-	-
CRA	Compartilhamento de despesas (a)	Coligada	56	-	-	-	-
VLT	AFAC (b)	Coligada	-	6.891	-	-	-
VLT	AFAC (b)	Coligada	-	40.425	-	-	9.425
VIARIO	Mútuo (e)	Coligada	-	82.853	-	-	22.218
FUNCEF/PETROS/PREVI/YOSEMITE	Dividendos	Acionista	-	-	-	22.842	-
ACSA	Dividendos	-	-	-	-	1.231	-
OTP	Dividendos	-	-	-	588	-	-
Total			56	130.393	637	24.073	31.643

- (a) Compartilhamento de despesas: Rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.
- (b) O AFAC encontra-se no grupo de investimentos da INVEPAR.
- (c) Outorga de Garantia: O contrato de Prestação de Serviços de Outorga de Garantia foi firmado entre a Companhia e a VIA040 em 15 de dezembro de 2015 para que a Companhia constitua garantias (fiança e aval), que deverão cobrir as obrigações pecuniárias decorrentes de dívidas contraídas pela controlada.
- (d) Mútuos: Em 9 de junho de 2015 foi firmado contrato de mútuo entre a INVEPAR e a controlada em conjunto CRA no valor de R\$ 27.500. Esse mútuo foi liquidado com a venda da CRA em 2021.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

VIARIO

Em 28 de abril de 2016 foi firmado contrato de mútuo entre a INVEPAR e a coligada VIARIO no valor de R\$ 36.940, com vencimentos em 2028 e 2034, os quais estão sendo atualizados a taxa a 130% do CDI e 6 remunerados a TR + 9,89% a.a., respectivamente.

VLT

Contratos de mútuos firmados com a VLT a partir de 22 de julho de 2016, com vencimentos em até 2024. A Companhia realizou provisão para perda no valor de R\$ 111.243 referente aos mútuos vencidos até 31 de dezembro de 2020.

PEX

Contrato de mútuo firmado com a PEX no montante de R\$ 130, com remuneração de 130% do CDI com vencimento em 31 de janeiro de 2022.

FIDC INVEPAR

O FIDC INVEPAR iniciou suas atividades em 28 de julho de 2020, com o objetivo de captar recursos para aquisição preponderantemente em direitos creditórios, nos termos da política de investimento, composição e diversificação da carteira do Fundo. Constituído sob a forma de condomínio aberto, de modo que as quotas poderão ser resgatadas durante o prazo de duração do Fundo. O prazo de duração é indeterminado, pertencendo 100% ao Grupo Invepar. Invepar e Lambra são as únicas cotistas do FIDC com metade do capital cada (vide nota explicativa nº 4.d).

A Companhia, assim como suas controladas, não mantém qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores ou instituições com os quais mantém relação comercial.

Remuneração da Administração

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Controladora, que incluem os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, está composta como segue:

Composição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Pró-labore	3.558	6.465	9.327	11.812
Participação nos resultados	2.649	2.918	2.649	3.095
Encargos	1.231	1.876	2.349	3.252
Outros benefícios	2.430	2.849	3.383	5.459
Total	9.868	14.108	17.708	23.618

Em 30 de abril de 2021 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária a remuneração global anual dos administradores da INVEPAR Holding de até R\$ 13.055 para o exercício de 2021.

Programa de Incentivos de Longo Prazo

O presente programa de incentivo de longo prazo - *Performance Phantom Stock Options* da INVEPAR não tem natureza de um plano de opção de compra de ações nos termos do art. 168, §3º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pois não haverá entrega de ações da Companhia e/ou compensação financeira por compra e venda de ações da Companhia.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

O programa é baseado na concessão de opções virtuais aos elegíveis (grupo de executivos aprovado pelo Conselho de Administração da INVEPAR), ele visa estimular o alcance de metas desafiadoras para a Companhia, por meio de uma gestão eficiente e a fim de obter resultados sustentáveis, alinhar interesses dos acionistas e executivos e reter os executivos-chave para alcance dos objetivos estratégicos da Companhia.

O plano concederá o pagamento de premiações em dinheiro baseadas no crescimento do valor da empresa (IPCA + 9,7% a.a.), condicionada ao alcance do gatilho de 90% da meta projetada de EBITDA.

O primeiro ciclo iniciou-se em 1º de janeiro de 2017 e tem vigência de oito anos, onde o participante poderá exercer a opção a partir do quarto ano, conforme regra de *vesting*.

Valorização das ações:

O cálculo das Outorgas seguirá a metodologia de *Expected Growth*, onde o delta da opção corresponde ao valor presente (data da outorga) do ganho potencial de uma opção, ou seja, a diferença entre o preço estimado de venda da ação e o preço do período, que é definido na outorga.

Em cada Oferta de Outorga o participante terá o direito de receber um número de unidades (opções virtuais) levando-se em consideração as premissas definidas no Programa.

Opções serão outorgadas pelo Conselho de Administração tão logo as variáveis financeiras sejam deliberadas para o cálculo.

No primeiro trimestre de 2020, a Companhia efetuou a reversão de boa parte da provisão dos planos de ILP, pois entendeu que as chances de alcançar as metas do referido programa durante sua vigência seriam mínimas. Em um cenário de pandemia da Covid19, houve perda de valor no período supracitado, sendo razoável concluir que não haverá pagamento referente aos três ciclos do ILP já outorgados. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2021, os valores provisionados na Companhia totalizam o montante de R\$ 896 (R\$ 1.062 em 31 de dezembro de 2020), resgatado na rubrica "Outros - Passivo não circulante", no balanço patrimonial.

8 Investimentos

Controladora

As participações em controladas, controladas em conjunto e coligadas, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços patrimoniais das respectivas investidas em cada data - base.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

a) Participações acionárias

Investida	Controle	Participação		Controladora				Consolidado			
				2021		2020		2021		2020	
		2021	2020	Investimento	Mantidos a venda/ Operação descontinuada	Investimento	Mantidos a venda/ Operação descontinuada	Investimento	Mantidos a venda/ Operação descontinuada	Investimento	Mantidos a venda/ Operação descontinuada
CLN	Controlada	92,92%	92,92%	-	105.878	98.163	-	-	105.878	98.163	-
HLASA	Controlada	100%	100%	63	-	64	-	63	-	64	-
HMOBI	Controlada	-	100%	-	-	169	-	-	-	169	-
LAMSA	Controlada	100%	100%	-	127.949	-	95.413	-	127.949	-	95.413
METROBARRA	Controlada	-	100%	-	-	-	82.479	-	-	-	82.479
METRÓRIO	Controlada	-	100%	-	-	-	1.137.610	-	-	-	1.137.610
PEX	Controlada	100%	100%	-	607	-	634	-	607	38.143	-
CRT	Coligadas	24,92%	24,92%	36.419	-	38.143	-	36.419	-	50.779	-
VLT	Coligadas	8,35%	10,76%	47.372	-	50.779	-	56.387	-	(50.779)	-
VLT - Impairment	Coligadas	8,35%	10,76%	(47.372)	-	(50.779)	-	(56.387)	-	-	-
CBN	Controladas em conjunto	-	50,00%	-	-	-	126.014	-	-	-	126.014
CBN - Impairment	Controladas em conjunto	-	50,00%	-	-	-	(97.114)	-	-	-	(97.114)
CRA	Controladas em conjunto	-	50,00%	-	-	-	31.584	-	-	-	31.584
CRA - Impairment	Controladas em conjunto	-	50,00%	-	-	-	(12.887)	-	-	40.173	(12.887)
VIARIO	Controladas em conjunto	33,34%	33,34%	41.279	-	40.173	-	41.279	-	-	-
Total				77.761	234.434	176.712	1.363.733	77.761	234.434	176.712	1.363.099

Movimentação consolidada

Investida	Controle	2020 Investimento	Participação acionária	Mantido para Venda / Operação descontinuada	Amortização ágio	Equivalência a Patrimonial	Dividendo e JSCP	Impairment	Eliminação	Baixa de investimento pela Venda	2021 Investimento
CLN	Controlada	98.163	92,92%	(98.163)							(0)
HLASA	Controlada	64	100%			(5)			(61)		(0)
HMOBI	Controlada	169	100%							(169)	-
CRT	Coligadas	38.143	24,92%		(3.985)	15.145	(12.885)				36.418
VLT	Coligadas	50.779	8,35%			3.063		(53.842)			0
VLT - Impairment	Coligadas	(50.779)	8,35%					50.779			0
VIARIO	Controladas em conjunto	40.173	33,34%			1.105					41.278
		176.712		(98.163)	(3.985)	19.308	(12.885)	(3.063)	(61)	(169)	77.698

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Investida	Controle	2019 Investimento	Participação acionária	Aumento de capital (AFAC)	Redução de capital	Amortização ágio	Equivalência Patrimonial	Dividendos e JSCP	Impairment	Transferência para mantido para venda e descontinuada	2020 Investimento
LAMSA	Controlada	137.438	100%	19.835	-	-	37.134	(98.994)	-	(95.413)	-
CLN	Controlada	88.754	92,92%	-	-	-	10.507	(1.098)	-	-	98.163
METRORIO	Controlada	1.346.172	100%	23.000	-	-	(231.563)	-	-	(1.137.609)	-
METROBARRA	Controlada	193.444	100%	-	-	-	(110.965)	-	-	(82.479)	-
HLASA	Controlada	-	100%	250	-	-	(186)	-	-	-	64
HMOBI	Controlada	-	100%	250	-	-	(81)	-	-	-	169
CRT	Coligadas	43.332	24,92%	-	-	(4.346)	5.290	(6.133)	-	-	38.143
VLT	Coligadas	49.607	10,76%	6.891	(4.028)	-	(1.691)	-	-	-	50.779
VLT - Impairment	Coligadas	(49.607)	10,76%	-	-	-	-	-	(1.172)	-	(50.779)
CBN	Controladas em conjunto	137.698	50,00%	-	-	-	(11.683)	-	-	(126.015)	-
CBN - Impairment	Controladas em conjunto	-	50,00%	-	-	-	-	-	(97.114)	97.114	-
VIARIO	Controladas em conjunto	41.675	33,34%	-	-	-	(1.502)	-	-	-	40.173
CRA	Controladas em conjunto	17.794	50,00%	-	-	-	13.790	-	-	(31.584)	-
CRA - Impairment	Controladas em conjunto	-	50,00%	-	-	-	-	-	(12.887)	12.887	-
		2.006.307		50.226	(4.028)	(4.346)	(290.950)	(106.225)	(111.173)	(1.363.099)	176.712

Provisão para perda de Investimento

		2020					2021
Investida	Controle	Provisão perda de investimento	Participação da Invepar %	Transferência	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Provisão para perda de investimento
LAMBRA	Controlada	(83.584)	100	-	-	(273)	(83.857)
GRUPAR	Controlada	(791.485)	80	-	-	(399.709)	(1.191.194)
		(875.069)		-	-	(399.982)	(1.275.051)
		2019					2020
Investida	Controle	Provisão perda de investimento	Participação da Invepar %	Transferência	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Provisão para perda de investimento
LAMBRA	Controlada	(11.311)	100	-	-	(72.273)	(83.584)
GRUPAR	Controlada	(740.597)	80	-	-	(50.888)	(791.485)
		(751.908)		-	-	(123.161)	(875.069)

(*) Saldos que compõem o valor do investimento consolidado.

(**) Montante pago a título de adiantamento pelo METROBARRA para os acionistas da CRB para aquisição futura dessa empresa. Transferido, em 31 de dezembro de 2020, para o grupo “ativos mantidos para venda”.

Em 31 de dezembro de 2021, o ágio registrado sobre os investimentos na CRT montam R\$ 4.346.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Informações sobre os investimentos da controladora

Participação acionária vigentes em 31/12/2021

(a) CRT

A Concessionária Rio-Teresópolis S.A. ("CRT") sociedade anônima de capital aberto constituída em Assembleia Geral realizada em 7 de novembro de 1995. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração, sob forma de concessão, não onerosa, de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, teve início em 23 de março de 1996 e portanto término em 22 de março de 2021.

Em 18/03/2021 foi assinado o quinto termo aditivo ao contrato de concessão estendendo o prazo da concessão por 18 meses, com término em 21/09/2022, sendo remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receitas, de acordo com os termos definidos no contrato de concessão.

(b) CLN

A Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN ("CLN" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 3 de fevereiro de 2000, com sede na Rodovia BA 099 - Estrada do Coco, Praça do Pedágio, Camaçari - BA. A CLN tem como objeto social operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão da via denominada BA-099, sistema rodoviário Estrada do Coco - Linha Verde. Em 14 de maio de 2015 foi assinado o 2º Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado entre a AGERBA e a CLN ampliando o prazo de concessão em 15 anos. Sendo assim o término do Contrato de Concessão passou para 20 de março de 2050.

Em função do processo de reestruturação da Companhia que se iniciou em 30 de setembro de 2020, com outras empresas controladas mantidas para venda, a CLN foi reclassificada como mantida para venda em 30 de junho de 2021, após recebimento de propostas de compra pela Companhia.

(c) GRUPAR

Em 6 de fevereiro de 2012, a INVEPAR venceu, em consórcio com a Airports Company South Africa Soc Limited - ACSA, o leilão da concessão de serviços públicos para construção parcial, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, na Cidade de Guarulhos em São Paulo. Para explorar a concessão foi criada a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - "GRU AIRPORT" da qual o Consórcio INVEPAR - ACSA, através do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - "GRUPAR", possui 51% (sendo 80% da INVEPAR e 20% da ACSA) e 49% são detidos pela INFRAERO, conforme o edital da licitação. Conforme memorando de entendimentos firmado entre INVEPAR e ACSA, a ACSA aumentou sua participação na GRUPAR para 20% de seu capital em outubro de 2015. A concessão terá prazo de 20 anos, podendo ser renovado por mais 5 anos.

(d) LAMBRA

A INVEPAR obteve da extinta VPR Brasil Participações S.A., 100% do capital social da *Línea Amarilla* Brasil Participações S.A. ("LAMBRA"), que por sua vez era detentora de 100% do capital social da *Línea Amarilla* S.A.C. ("LAMSAC"), uma sociedade com sede no Peru, constituída em 6 de outubro de 2009, com objeto social de construção e exploração de uma via expressa na região metropolitana de Lima, conforme contrato de concessão firmado em 12 de novembro de 2009, junto a Municipalidade Metropolitana de Lima, no Peru, tendo a referida concessão um prazo de 30 anos.

Em 20 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu, nos termos dos contratos celebrados em 5 de agosto de 2016, a alienação da totalidade das ações de emissão da LAMSAC e da PEX PERU para a *Vinci Highways S.A.S.* ("VINCI").

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 **(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

Os valores de venda da LAMSAC e PEX PERU, recebidos na data da conclusão da operação, foram respectivamente R\$ 4.084.842 e R\$ 37.115.

No documento de venda da LAMSAC, *Share Purchase Agreement* - SPA, assinado entre as partes, a INVEPAR, por meio de sua controlada LAMBRA, se comprometeu a defender a LAMSAC e/ou a VINCI em qualquer ação judicial, arbitral ou de qualquer outro tipo, assim como indenizar, reembolsar e manter a VINCI ileso de qualquer potencial decisão que tenham sido comprovadamente causadas na gestão cujo controle pertencia a INVEPAR.

Caso qualquer situação destas se materialize, poderá eventualmente gerar indenizações, ressarcimentos e/ou outros prejuízos à INVEPAR e à sua controlada LAMBRA, afetando negativamente seus resultados operacionais, sua condição financeira ou reputacional.

(e) VIARIO

A Concessionária VIARIO S.A. é uma sociedade anônima, constituída em 20 de abril de 2012 e iniciou suas operações em 26 de abril de 2012, de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. A VIARIO tem como objetivo a concessão para implantação e exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e realização de melhorias de Ligação Transolímpica. O prazo da concessão é de 35 anos, contados da data de assinatura do contrato de concessão.

(f) PEX

A Empresa tinha como objeto social a (i) exploração de serviços acessórios ao setor de transportes e estacionamento, inclusive a administração e intermediação de meio de pagamento de pedágios e estacionamentos; (ii) a realização de cobrança, recebimento, depósito, pagamento e administração de recursos, por conta e ordem dos usuários do serviço; e (iii) aquisição, manutenção, troca, venda, doação, locação e comodato de equipamentos como meio para a realização de suas operações. Em novembro de 2016, suas operações foram descontinuadas e desde a data-base de 31 de março de 2017 a controlada encontra-se classificada em operações descontinuadas e o resultado de suas operações foi desconsolidado e apresentado na demonstração do resultado como resultado de operação descontinuada.

(g) VLT

Em 26 de abril de 2013, a Comissão Especial de Licitação da concorrência promovida pelo Município do Rio de Janeiro - Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria Municipal da Casa Civil, divulgou o resultado do certame relativo à contratação, em regime de parceria público-privada, na modalidade de concessão patrocinada, dos serviços, fornecimentos e obras de implantação, operação e manutenção de sistema de transporte de passageiros através de Veículo Leve sobre Trilhos ("VLT"), na região portuária e central do Rio de Janeiro, pelo prazo de 25 anos, iniciado a partir da emissão da Ordem de Início.

Impairment - VLT

Em 03 de julho de 2019, o VLT Carioca ajuizou ação de rescisão do Contrato de Concessão (com pedido de tutela de urgência), processo nº 0159841-62.2019.8.19.0001, em face do município do Rio de Janeiro e da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP), pleiteando a rescisão do Contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade concessão patrocinada (CVL nº 010008/2013) firmado entre as partes devido a inadimplementos contratuais por parte do Poder Concedente e do município do Rio de Janeiro, bem como a condenação da municipalidade ao pagamento de indenização por perdas e danos e lucros cessantes, a serem apurados por ocasião de liquidação de sentença. O VLT Carioca ainda pleiteia, em sede de liminar, que o Poder Concedente seja obrigado a cumprir de imediato determinadas obrigações legais e contratuais em atraso, bem como seja implementada a garantia subsidiária do contrato de concessão, viabilizando a continuidade da

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 **(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

prestação do serviço público até o trânsito em julgado da ação. Aguarda-se a apreciação de liminar, bem como a citação dos réus para contestarem a ação.

(h) LAMSA

A Linha Amarela S.A. - LAMSA ("LAMSA"), cuja sede está localizada na Avenida Governador Carlos Lacerda S/N, Rio de Janeiro - RJ - Brasil, foi constituída sob forma de sociedade anônima de capital fechado, fundada em 21 de novembro de 1995, e tem como objeto social exclusivamente operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. O prazo da concessão é de 40 anos contados a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 1998, conforme previsto no 11º Termo Aditivo Contratual assinado em 14 de maio de 2010 - Vide informações sobre o processo de encampação da Linha Amarela na Nota explicativa nº. 1.1

Em função do processo de reestruturação da Companhia, que se iniciou em 30 de setembro de 2020, a Companhia passou em 31 de dezembro de 2020, a ser classificada como ativo disponível para venda e o resultado de suas operações está apresentado na demonstração do resultado como resultado de operação descontinuada.

(i) VIA040

Em 31 de janeiro de 2014, através de Assembleia Geral de Constituição, foi criada a Concessionária BR-040 S.A. com sede na cidade de Nova Lima - MG, tendo como única subscritora de seu capital social a INVEPAR. Em 12 de março de 2014 foi celebrado o contrato de concessão entre a Concessionária BR-040 S.A. ("VIA040") e a União Federal, por intermédio da ANTT, tendo por objeto a contratação, na modalidade de concessão, da recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário BR-040/DF/GO/MG, pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período, iniciado a partir da data da Assunção. Em 30 de julho de 2015, a VIA040 iniciou a cobrança de pedágio.

Em 20 de novembro de 2020, a VIA040 e a ANTT assinaram Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da BR-040/DF/GO/MG, dando continuidade ao processo de relicitação previsto pelo Decreto Federal nº 9.957/2019, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI. O Termo Aditivo estabelece, dentre outras matérias, as condições para prestação dos serviços de operação, manutenção, conservação e monitoração da BR-040/DF/GO/MG, a serem mantidos pela Via 040 até 18 de fevereiro de 2022.

Dessa forma, desde 31 de dezembro de 2019, o investimento encontra-se classificado como operação descontinuada, assim como o resultado de suas operações.

Impairment - VIA040

Em 31 de dezembro de 2019, a avaliação ao valor recuperável do ativo foi realizada com base em fluxos de caixa projetados, considerando a Companhia investida como uma única unidade geradora de caixa (UGC). Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) vida útil estimada dos imobilizados e intangíveis da VIA040; (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia para o exercício correspondente ao prazo de concessão, levando em consideração o prazo estimado para relicitação; (iii) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (weighted average cost of capital - WACC) e; (iv) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA). As principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso da UGC foram: WACC médio nominal antes do IR e CSLL de 11,3% a.a.; taxa de inflação (IPCA) de 3,62% em 2020, alcançando 3,75% no longo prazo. Foi reconhecido o montante de R\$ 271.730 no investimento da Controladora INVEPAR.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2021, após a controlada ter seu patrimônio líquido negativado, a Controladora reclassificou o saldo de *Impairment* no montante de R\$ 271.730, para provisão de perda de investimento, passou a incorporar a linha de ativos mantidos para venda e operação descontinuada.

(j) HLASA

HLASA Participações S.A. ("HLASA") foi fundada em 23 de setembro de 2020 e tem como objeto social a participação em outras sociedades, como quotista ou acionista, no país ou no exterior; e o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social da Companhia. A Companhia encontra-se em estágio pré-operacional, registrada na Instrução CVM nº 480/09, na categoria "A".

Em 10 de dezembro de 2021 foi dada baixa no registro da Companhia na CVM e no decorrer do ano de 2022, a Administração tem plano de encerramento de suas atividades.

Participações acionária baixada no decorrer do ano de 2020 e 2021

(a) CBN

A Concessionária Bahia Norte S.A. é uma Sociedade de Propósito Específico ("SPE"), de capital fechado, constituída em 29 de junho de 2010, que tem como objeto social, específica e exclusivamente, a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas, tudo em conformidade com as condições do contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia ("DERBA"), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia ("AGERBA", em conjunto com o Estado da Bahia e DERBA, o "Poder Concedente"), pelo prazo de 30 anos.

Em 02 de abril de 2020, a Companhia informou ao mercado em geral que foram obtidas as aprovações societárias necessárias para a venda da CBN, sendo necessário o registro de *impairment* no montante de R\$ 97.114 (vide Nota 8).

A Companhia através da publicação do fato relevante no dia 30 de abril de 2021 informou que a alienação da participação na CBN foi concluída como cumprimento as condições precedentes e às aprovações formais de órgãos societários.

(b) CRA

A Concessionária Rota do Atlântico S.A. foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE - "Express Way", pelo prazo de 35 anos, a partir de novembro de 2011.

Em 28 de fevereiro de 2020, a Companhia informou em Fato Relevante ao mercado que: (i) optou pela alienação conjunta das ações detidas na Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA"), nos termos do contrato de compra e venda firmado pela Odebrecht Rodovias S.A. com o Monte *Equity Partners*, sendo necessário o registro de *impairment* no montante de R\$ 12.887.

A Companhia através da publicação do fato relevante no dia 30 de abril de 2021 informou que a alienação da participação na CRA foi concluída no dia 30 de abril de 2021, tendo com o cumprimento das condições precedentes, como é de praxe no mercado, e às aprovações formais de órgãos societários.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(c) METROBARRA, METRO RIO e HMOBI

Em 08 de novembro de 2021 foram concluídas as seguintes e principais etapas previstas no Acordo de Reestruturação assinado em 28 de setembro de 2020, com objetivo da redução significativa da dívida da Invepar com envolvimento da troca de participações em empresas do Grupo:

1. Transferência da totalidade das ações de emissão da HMOBI: em contraprestação ao resgate, pela Companhia, de 3 debêntures da 5ª emissão detidas pelo *Mubadala Capital IAV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia FIP* ("IAV FIP"), no valor total de R\$ 44.968,95; a Invepar transferiu, em dação em pagamento, a totalidade de 12.500 ações preferenciais e 237.500 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de emissão da HMOBI, representativas de 100% de seu capital social, então de sua titularidade, para o IAV FIP.
2. Aumento do capital da HMOBI: subsequentemente ao ato anterior, foi aprovada a conversão de todas as ações preferenciais nominativas e sem valor nominal, de emissão da HMOBI, em ações ordinárias nominativas e sem valor nominal; e o aumento do capital social da HMOBI em valor total de R\$ 1.833.880.255,00, mediante emissão de 1.833.880.255 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas por: IAV FIP, FUNCEF, PETROS, PREVI, por meio do aporte de 93.568 debêntures da 5ª emissão e de 21.428 debêntures da 3ª emissão da Invepar, respeitada a proporção da totalidade das debêntures detidas por cada subscritor.
3. Transferência das ações da MetrôRio e da MetrôBarra: a Invepar resgatou a totalidade das debêntures detidas pela HMOBI, em contrapartida à entrega em dação em pagamento, da totalidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 100% do capital social total, do MetrôRio, pelo valor total de R\$ 1.595.863.778,22, e do MetrôBarra, pelo valor total de R\$ 238.016.476,78.

Em decorrência da conclusão das etapas da operação acima descritas: o IAV FIP passou a ser acionista controlador da HMOBI, detentor de 945.021.199 ações ordinárias, representativas de 51,5% do capital social da HMOBI; e a HMOBI passou a ser a única acionista detentora da totalidade do capital social da MetrôRio e da MetrôBarra.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

9 Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia e de suas controladas, com base na divisão de sua gestão e tendo como critério as áreas de atuação de cada uma, sendo agrupados da seguinte forma: (i) rodovias (mantidas para venda); (ii) aeroportos; e (iii) holding.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração da Companhia e de suas controladas correspondentes a 31 de dezembro de 2021 e 2020, são as seguintes:

Demonstração do resultado do período em 31 de dezembro de 2021

	Aeroportos	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Receita líquida de serviços	1.602.775	-	-	1.602.775
Receita de construção	32.024	-	-	32.024
	1.634.799	-	-	1.634.799
Custo de serviços prestados	(1.255.344)	-	-	(1.255.344)
Custo de construção	(32.024)	-	-	(32.024)
Lucro bruto	347.431	-	-	347.431
Despesas gerais e administrativas	(69.072)	(96.550)	(4.395)	(170.017)
Equivalência patrimonial	-	(380.818)	400.126	19.308
Outras receitas (despesas) operacionais	758.025	828.429	-	1.586.454
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	1.036.384	351.061	395.731	1.783.176
Receitas financeiras	43.105	76.689	(10.354)	109.440
Despesas financeiras	(2.235.393)	(496.230)	8.287	(2.723.336)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(1.155.904)	(68.480)	393.664	(830.720)
Imposto de renda e contribuição social	177.757	(40.809)	-	136.948
Correntes	177.757	(40.809)	-	136.948
Diferidos	-	-	-	-
Prejuízo do exercício das operações continuadas	(978.147)	(109.289)	393.664	(693.772)
Prejuízo de operações descontinuadas	-	(441.340)	-	(441.340)
Resultado do exercício após ativos mantidos para venda e descontinuado	(978.147)	(550.629)	393.664	(1.135.112)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	-	(584.483)
Atribuível aos acionistas controladores	-	(550.629)	-	(550.629)
<u>Informações complementares:</u>				
Depreciação e amortização	(806.929)	(6.264)	-	(813.193)
Adição ao imobilizado	(34)	48	-	14
Adição ao intangível	(16.994)	392	-	(16.602)

(*) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das demonstrações contábeis.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Balanco patrimonial em 31 dezembro de 2021

	Aeroportos	Holding	Operação descontinuada	Eliminações (*)	Consolidado
Ativo circulante	1.274.089	601.234		(239.678)	1.635.645
Ativos classificados como operações descontinuadas	-	234.434	1.045.067	511.793	1.791.294
Ativo não circulante	14.672.840	463.373		(659.646)	14.476.567
Total do ativo	15.946.929	1.299.041	1.045.067	(387.531)	17.903.506
	Aeroportos	Holding	Operação descontinuada	Eliminações (*)	Consolidado
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante	2.995.798	810.043		(769.994)	3.035.847
Passivos classificados como operações descontinuadas	-		1.561.004	25.901	1.586.905
Passivo não circulante	17.337.795	1.727.341		(2.863.999)	16.201.137
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	(4.386.664)	(1.238.342)		2.704.623	(2.920.383)
Total do passivo e patrimônio líquido	15.946.929	1.299.042	1.561.004	(903.469)	17.903.506

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Demonstração do resultado do período em 31 de dezembro de 2020

	Rodovias	Aeroportos	Holding	FIDC	Eliminações (*)	Consolidado
Receita líquida de serviços	60.461	1.375.755	-	-	-	1.436.216
Receita de construção	-	39.543	-	-	-	39.543
	60.461	1.415.298	-	-	-	1.475.759
Custo de serviços prestados	(34.775)	(1.335.542)	-	-	-	(1.370.317)
Custo de construção	-	(39.543)	-	-	-	(39.543)
	25.686	40.213	-	-	-	65.899
Lucro bruto	25.686	40.213	-	-	-	65.899
Despesas gerais e administrativas	(16.267)	(239.465)	(87.606)	-	9.457	(333.793)
Equivalência patrimonial	-	-	(110.821)	-	112.919	2.097
Outras receitas (despesas) operacionais	270	769.140	(116.419)	-	(9.545)	643.445
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	9.689	569.888	(314.846)	-	112.831	377.648
Receitas financeiras	3.546	55.934	346.622	447	(447)	406.102
Despesas financeiras	(76.625)	(1.340.327)	(655.889)	(331)	-	(2.073.172)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(63.390)	(714.504)	(624.112)	116	112.384	(1.289.422)
Imposto de renda e contribuição social	(314)	590.300	-	-	-	589.987
Correntes	(600)	-	-	-	-	(600)
Diferidos	287	590.300	-	-	-	590.587
Prejuízo do exercício das operações continuadas	(63.705)	(124.204)	(624.112)	116	112.384	(699.435)
Prejuízo de operações descontinuadas	-	-	(715.165)	-	-	(715.165)
Resultado do exercício após ativos mantidos para venda e descontinuado	(63.705)	(124.204)	(1.339.277)	116	112.384	(1.414.600)
Atribuível aos acionistas não controladores	(738)	(60.775)	-	-	(13.627)	(75.140)
Atribuível aos acionistas controladores	(62.966)	(63.429)	(1.339.277)	-	126.011	(1.339.460)
<u>Informações complementares:</u>						
Depreciação e amortização	(4.440)	(923.877)	(10.812)	-	-	(939.130)
Adição ao imobilizado	1.152	26	963	-	-	11.695
Adição ao intangível	24.552	214.019	2.137	-	-	327.380

(*) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das Demonstrações Contábeis.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2020

	Rodovias	Mobilidade urbana	Aeroportos	Holding	FIDC	Operação descontinuada	Eliminações (*)	Consolidado
Ativo								
Ativo circulante	32.438	-	673.285	721.368	40.122	-	(282.982)	1.184.231
Ativos classificados como operações descontinuadas	-	-	-	1.371.591	-	3.747.330	-	5.118.921
Ativo não circulante	150.869	-	13.512.311	622.911	-	-	667.112	14.953.202
Total do ativo	183.307	-	14.185.596	2.715.870	40.122	3.747.330	384.129	21.256.354
	Rodovias	Mobilidade urbana	Aeroportos	Holding	FIDC	Operação descontinuada	Eliminações (*)	Consolidado
Passivo e patrimônio líquido								
Passivo circulante	29.737	-	1.885.916	1.917.719	66	-	(12.078)	3.821.359
Passivos classificados como operações descontinuadas	-	-	-	116.573	-	3.748.699	(323.205)	3.542.069
Passivo não circulante	130.053	-	15.206.832	1.243.981	-	(1.369)	(994.081)	15.585.415
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	23.517	-	(2.907.152)	(562.403)	40.056	-	1.713.491	(1.692.489)
Total do passivo e patrimônio líquido	183.307	-	14.185.596	2.715.870	40.122	3.747.330	384.129	21.256.354

(*) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das demonstrações contábeis.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

10 Imobilizado (Consolidado)

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	2020	Adições	Baixas	Transferências	Ativos mantidos para venda	2021
Custo							
Instalações	13,6	1.436	-	-	-		1.436
Máquinas e equipamentos	9,2	4.671	-	-	-	(1.922)	2.749
Móveis e utensílios	9,2	4.660	13	(1.228)	-	(840)	2.605
Veículos	19,1	5.728	-	(110)	-	(3.323)	2.295
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	6,8	5.512	-	-	-	(489)	5.023
Equipamentos de informática	19,6	15.970	1	(10)	53	(1.870)	14.144
Imobilizado em andamento		19	68	-	(53)	-	34
Outros		14	-	-	-	(14)	-
		38.010	82	(1.348)	-	(8.458)	28.286
Depreciação acumulada							
Instalações		(582)	(143)	-	-	-	(725)
Máquinas e equipamentos		(2.313)	(153)	-	-	745	(1.721)
Móveis e utensílios		(2.789)	(269)	886	-	445	(1.727)
Veículos		(3.424)	(135)	110	-	1.051	(2.398)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(2.820)	(367)	-	-	19	(3.168)
Equipamentos de informática		(10.454)	(1.633)	6	-	1.286	(10.795)
Outros		(15)	-	-	-	15	-
		(22.397)	(2.700)	1.002	-	3.561	(20.534)
Imobilizado líquido		15.613	(2.618)	(346)	-	(4.897)	7.752

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

continuação

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	2019	Adições	Baixas	Transferências *	Ativo mantido para venda e descontinuado	2020
Custo							
Instalações	13,6	20.743	152	(10.578)	419	(9.299)	1.436
Máquinas e equipamentos	9,2	718.105	1.891	(6.724)	16.338	(724.939)	4.671
Móveis e utensílios	9,2	23.878	512	(1.678)	294	(18.347)	4.660
Veículos	19,1	11.641	436	(804)	3.206	(8.751)	5.728
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	6,8	257.619	1.600	(1.048)	40.936	(293.594)	5.512
Equipamentos de informática	19,6	69.039	929	(6.426)	1.684	(49.257)	15.970
Imobilizado em andamento		221.194	6.175	(1.590)	(56.208)	(169.553)	19
Outros		3.006	-	-	31	(3.024)	14
		1.325.225	11.695	(28.848)	6.701	(1.276.764)	38.010
Depreciação acumulada							
Instalações		(4.000)	(3.162)	4.731	-	1.849	(582)
Máquinas e equipamentos		(192.238)	(57.698)	2.996	144	244.482	(2.313)
Móveis e utensílios		(14.456)	(2.449)	1.633	-	12.483	(2.789)
Veículos		(7.880)	(600)	600	-	4.457	(3.424)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(53.416)	(29.839)	510	-	79.925	(2.820)
Equipamentos de informática		(46.424)	(11.303)	5.809	-	41.464	(10.454)
Outros		(530)	(157)	9	-	663	(15)
		(318.944)	(105.209)	16.289	144	385.322	(22.397)
Imobilizado líquido		1.006.281	(93.513)	(12.559)	6.846	(891.442)	15.613

* Refere-se a itens transferidos do intangível para o imobilizado para melhor classificação contábil.

A Administração não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment")

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

11 Intangível (Consolidado)

	2020	Adições	Baixas	Transferências	Ativo mantido para venda	2021	
				Transferências *	Impairment	Ativos mantidos para venda	2021
Custo							
Software	77.433	392	-	529	-	(1.247)	77.107
Direito de concessão - investimento GRU (a)	14.828.895	196.763	(75)	31.495	-	-	15.057.078
Direito de concessão - investimento CLN (a)	143.783	-	-	-	-	(143.783)	-
Investimento para concessão	4.326.333	4.448	-	-	-	(18.363)	4.312.418
Ativo em andamento	22.636	20.004	-	(32.024)	-	-	10.616
Outros	2.683	-	-	-	-	(2.683)	-
	19.401.763	221.607	(75)	-	-	(166.076)	19.457.219
Amortização							
Software	(33.286)	(6.416)	-	-	-	1.060	(38.642)
Direito de concessão - investimento GRU (a)	(4.554.213)	(553.524)	-	-	-	-	(5.107.737)
Direito de concessão - investimento CLN (a)	(43.268)	-	-	-	-	43.268	-
Investimento para concessão	(1.292.881)	(251.449)	27	-	-	-	(1.544.303)
Outros	(157)	-	-	-	-	157	-
	(5.923.805)	(811.389)	27	-	-	44.485	(6.690.682)
Intangível líquido	13.477.958	(589.782)	(48)	-	-	(121.591)	12.766.537

	2019	Adições	Baixas	Transferências *	Ativo mantido para venda	2020
Custo						
Software	112.287	3.298	(6.334)	4.456	(36.274)	77.433
Direito de concessão - investimento LAMSA (a)	495.074	-	(20)	20.421	(515.475)	-
Direito de concessão - investimento CLN (a)	143.856	-	(74)	-	-	143.783
Direito de concessão - investimento METRÓRIO (b)	1.760.236	85.511	(192)	(10.312)	(1.835.242)	-
Direito de concessão - outorga METRÓRIO (c)	1.659.965	-	(1.037)	9.082	(1.668.010)	-
Direito de concessão - investimento GRU (a)	4.327.215	48.086	(23.730)	(2.602)	-	4.348.969
Direito de concessão - outorga GRU (a)	14.662.962	165.933	-	-	-	14.828.895
Outros	10.542	24.552	-	(27.746)	(4.665)	2.683
	23.172.137	327.380	(31.388)	(6.701)	(4.059.666)	19.401.763
Amortização						
Software	(66.402)	(11.781)	6.327	-	38.570	(33.286)
Direito de concessão - investimento LAMSA (a) (até 2037)	(130.083)	(19.589)	18	-	149.654	-
Direito de concessão - investimento CLN (a) (até 2050)	(39.720)	(3.585)	38	-	-	(43.268)
Direito de concessão - investimento METRÓRIO (b) (até 2038)	(645.549)	(76.048)	30	(144)	721.711	-
Direito de concessão - outorga METRÓRIO (c) (até 2038)	(683.504)	(69.210)	366	-	752.348	-
Direito de concessão - investimento GRU (a) (até 2032)	(1.053.375)	(246.184)	6.678	-	-	(1.292.881)
Direito de concessão - outorga GRU (a) (até 2032)	(3.880.279)	(673.934)	-	-	-	(4.554.213)
Outros	(157)	-	-	-	-	(157)
	(6.499.069)	(1.100.331)	13.456	(144)	1.662.284	(5.923.805)
Intangível líquido	16.673.068	(772.950)	(17.931)	(6.846)	(2.397.382)	13.477.958

* Refere-se a transferências entre o intangível e o imobilizado para melhor classificação contábil.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

O grupo INVEPAR tem realizado ampliações e melhorias nas concessões que opera. Tendo em vista que tais obras foram financiadas com capital de terceiros, a Companhia efetuou a capitalização dos juros referentes aos montantes que foram usados nas obras, obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. O valor dos juros R\$ 772 (R\$ 1.867 em 31 de dezembro de 2020).

(a) A amortização do direito de concessão CLN é linear de acordo com o prazo restante para o final da concessão (20 de março de 2050), conforme contrato de utilização de bem público firmado entre a Companhia e o Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (DERBA) e Aditivos de Reequilíbrio firmados em 27 de abril de 2005 e 14 de maio de 2015 (ver nota explicativa nº 1).

Especificamente com relação a Outorga *GRU AIRPORT* - com a assinatura do contrato de concessão, a Concessionária se comprometeu a desembolsar o total de R\$ 16.213.000 com parcelas anuais de R\$ 810.650, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil), a título de outorga fixa.

Segundo orientações contidas no OCPC 05, a outorga fixa foi reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a., terá sua amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será realizada proporcionalmente à finalização de cada fase.

(b) Direito de concessão obtido na aquisição de controle do MetrôRio em março de 2009. O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos. Considera também investimentos realizados durante todo o prazo de concessão no material rodante, vias e toda infraestrutura para adequação, continuidade e melhorias na operação.

- c) Direito de concessão referente à Outorga Principal e Outorga Suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018) conforme os termos da alínea “b”, Parágrafo 1º da Cláusula 9ª do Aditivo. Através de Aditivo, as partes acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutiva, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo.

Redução ao valor recuperável de ativos (“*Impairment*”)

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e apenas identificou na VIA040 possível desvalorização. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração da VIA040 identificou evidências de que o seu intangível estava registrado com valores superiores aos de recuperação e reconheceu o valor de R\$ R\$ 271.730 a título de “*impairment*”. Ressaltamos que, no exercício de 2020, a VIA040 já está apresentada no grupo “Ativos mantidos para venda e operação descontinuada”. Em 31 de dezembro de 2021 não foram identificados indicativos de *impairment* adicional.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) devolução da concessão ao Poder Concedente em setembro de 2023; (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia para o período até o momento da devolução da concessão; (iii) valor da indenização referente a adesão ao processo de relicitação no valor total dos ativos imobilizados e intangível não amortizados, descontado do excedente tarifário e multas administrativas; (iv) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA); (v) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (weighted average cost of capital - WACC) para descontar o fluxo operacional da concessionária até a devolução; (vi) taxa de desconto livre de risco equivalente à NTN-2024 para descontar o fluxo de caixa referente ao recebimento da indenização.

As principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso foram: WACC médio nominal antes do IR e CSLL de 9,90% a.a.; taxa média de inflação (IPCA) de 3,00% sobre o período 2021 a 2025; e valor de indenização correspondente ao valor do saldo de investimento projetado e não amortizado, descontado do excedente tarifário e multas administrativas.

Informamos que as premissas adotadas nas projeções utilizadas para o teste, são as mais adequadas para a presente data e que estão baseadas em lei federal (lei das concessões). As regras para mensuração do valor de indenização será objeto de normativa própria para o evento ainda não publicada / divulgada pela autarquia responsável (ANTT). Informamos ainda que quando da publicidade da normativa que regulamentará o cálculo da indenização, a Companhia irá reavaliar as premissas e projeções para o cálculo do *impairment*.

No que diz respeito à GRU AIRPORT, a Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2021, não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

O valor recuperável foi estimado com base no seu valor em uso, calculado entre 1º de janeiro de 2022 até 10 de julho de 2032 (previsão de término do contrato de concessão).

Prazo de amortização

A amortização do intangível referente às concessões é linear, exceto *GRU AIRPORT* que é amortizada pela curva estimada de passageiros, de acordo com o número de dias restantes para o final do período de cada concessão. O valor é registrado na conta de custo de amortização da concessão no custo operacional e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no ativo intangível.

12 Fornecedores

	Consolidado	
	2021	2020
Fornecedores nacionais	52.544	50.233
Fornecedores internacionais	655	213
Circulante	53.199	50.446

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

[illegible]

67

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	Total circulante	Total não circulante	2021
Empréstimos	322.347	2.047.212	2.369.559
Debêntures	129.849	1.411.927	1.541.776
	452.196	3.459.139	3.911.335
	Total circulante	Total não circulante	2020
Empréstimos	302.202	2.379.177	2.681.379
Debêntures	2.004.102	925.544	2.929.646
	2.306.304	3.304.721	5.611.025

Empresas	2020	Pagamento		Provisão juros	Juros capitalizados	Custo de captação incorrido	Custo de captação amortizado	Variação monetária	2021
		Principal	Juros *						
INVEPAR	2.243.638	(1.450.349)	(388.618)	277.691	-	-	(167)	193.523	875.718
GRU	3.346.725	(378.457)	(240.138)	305.756	772	959	-	-	3.035.617
Total da dívida	5.590.363	(1.828.806)	(628.756)	583.447	772	959	(167)	193.523	3.911.335

Empresas	2019	Captação	Pagamento		Provisão juros	Juros Capitalizados	Custo de captação incorrido	Custo de captação amortizado	Variação Monetária	Passivo mantido para venda e descontinuado	2020
			Principal	Juros *							
INVEPAR	1.994.090	-	-	(71.630)	232.656	-	-	58	88.464	-	2.243.638
LAMSA	247.121	-	(51.093)	(11.367)	20.550	-	-	-	1.577	(206.788)	-
CLN	23.639	-	(1.107)	(227)	839	-	-	45	-	-	-
METRÔRIO	984.820	18.000	(25.917)	(73.870)	78.182	-	-	1.597	-	(982.812)	-
METROBARRA	907.737	-	(46.108)	(74.757)	81.652	-	157	-	-	(868.681)	-
GRU	3.371.806	9.735	(169.374)	(147.835)	277.697	1.867	2.826	-	-	-	3.344.036
VIA040	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total dívida	7.529.213	27.735	(293.599)	(379.686)	691.576	1.867	2.983	1.700	90.041	-	5.587.835
Aplicações financeiras	(81.228)										2.526
	7.447.985										5.590.361

* Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros para financiamento de construção, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

INVEPAR

Em 08 de novembro foi assinado a transferência e atualização de custódia da 3ª emissão realizada em 15 de outubro de 2015, foi atualizada para a quantidade de 9.946 (nove mil, novecentos e quarenta e seis), totalizando R\$ 206.252, pela PU 29.737,17964 em 31 de dezembro de 2021. A divisão entre os titulares dos debenturistas atualizado ficou na seguinte forma:

Titular	Quantidade	%	Valor (milhares)
Mubadala	4.974	50,01%	103.147
Previ	2.486	24,99%	51.553
Petros	2.486	24,99%	51.553
Total	9.946	100%	206.252

Em 08 de novembro foi assinado a transferência e atualização de custódia da 5ª emissão realizada em 27 fevereiro de 2019, foi atualizada para a quantidade de 43.429 (quarenta e três mil, quatrocentos e vinte e nove), totalizando R\$ 669.629, pela PU 29.737,17964 em 31 de dezembro de 2021. A divisão entre os titulares dos debenturistas atualizado ficou na seguinte forma:

Titular	Quantidade	%	Valor (milhares)
Mubadala	22.576	51,98%	348.098
Funcef	10.849	24,98%	167.280
Previ	10.004	23,04%	154.251
Total	43.429	100%	669.629

Essa atualização e transferência de contrato com Mubadala Capital, com a venda dos investimentos dos Metrô Rio e Barra foram liquidados debêntures no total de R\$ 1.867.967 entre principal e juros (Nota 1.2 e 8), da emissão da 3ª e 5ª custódia, por esse motivo o valor foi reduzido.

GRU AIRPORT

- (a) Em 28 de janeiro de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 476, no valor de R\$ 300.000, emitidas em quatro séries, com valor nominal unitário de R\$ 1 cada, totalizando 300.000 debêntures (75.000 debêntures para cada série). Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para suportar os investimentos na ampliação da infraestrutura do Aeroporto. A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,86% a.a., correspondente a 1ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, a partir da data de emissão até a data de pagamento dos juros das debêntures, sendo que a 1ª série terá seu pagamento em 15 de março, a 2ª série em 15 de junho, a 3ª série em 15 de setembro e a 4ª série em 15 de dezembro, até a amortização do principal que será em 9 (nove) parcelas anuais, a partir de 15 de março de 2017 até 15 de dezembro de 2025.

- (b) Em 8 de agosto de 2014 foi aprovada a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 400, no valor de R\$ 300.000, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1 cada, totalizando 300.000 debêntures. A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 6,40% a.a., correspondente a 2ª emissão.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

- (c) Em 13 de dezembro de 2013, o *GRU Airport* celebrou Contrato de Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES no valor de R\$ 2,4 bilhões dividido em quatro subcréditos: (i) “subcrédito A” no valor de R\$ 1,5 bilhão, (ii) “subcrédito B1” no valor de R\$ 435.000, (iii) “subcrédito B2” no valor de R\$ 487.000, e (iv) “subcrédito C” no valor de R\$ 17.300. Os juros incidentes sobre o valor principal dos subcréditos A e B são de 2,88% ao ano acrescidos a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do subcrédito C é remunerado somente através da TJLP. O valor principal tem vencimento em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante as demandas.

Em 13 de dezembro de 2013, o *GRU Airport* celebrou Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), junto aos bancos: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Caixa Econômica Federal, todos os bancos, cada qual, com o percentual de 20%, no valor total de R\$ 1,03 bilhão dividido em três subcréditos: (i) “subcrédito A” no valor de R\$ 643.000; (ii) “subcrédito B1” no valor de R\$ 187.000; e (iii) “subcrédito B2” no valor de R\$ 209.000. Os juros incidentes sobre o valor principal são de 3,40% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo prazo (TJLP), com vencimento do valor principal em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante a demanda.

Em 1º de julho de 2014, o *GRU Airport* contratou Carta Fiança no montante de R\$ 665 para garantir o pagamento de quantias questionadas nos autos da Execução de Título Extrajudicial, Processo nº 1007422-31.2014.8.26.0224 perante o Juízo de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos - SP. Este saldo é atualizado de acordo com a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e com o *spread* de 2,9% a.a. Em 18 de setembro de 2020, o *GRU Airport* quitou a referida carta fiança.

Rating

Debêntures INVEPAR

Em 31 de março de 2020 a agência S&P Global Ratings revisou os *ratings* da INVEPAR, passando de ‘CCC+’ para ‘CCC’.

Em 25 de setembro de 2020, a agência de classificação de riscos revisou novamente os ratings da Companhia, passando de ‘CCC’ para ‘CCC-’ na Escala Global e de ‘brB-’ para ‘brCCC’ na Escala Nacional Brasil. Também foram rebaixados os ratings da 3ª e 5ª Emissões de Debêntures da Invepar (“Debêntures”), passando de ‘brB-’ para ‘brC’ e de ‘brCCC+’ para ‘brC’, respectivamente. Os ratings da Companhia permanecem em perspectiva negativa.

Em 28 de setembro de 2020, foi deliberada em AGD a não declaração de vencimento antecipado da 3ª e 5ª Emissões de Debêntures decorrente do rebaixamento do risco (rating) na escala nacional para “brC” emitida pela S&P Global Ratings.

Em 07 de abril de 2021 a agência S&P rebaixou o rating corporativo da Invepar na escala nacional de “brCCC-” para “brCC”. Essa ação não tem impacto sobre a 3ª e 5ª Emissões de Debêntures que mantiveram seus ratings em “brC”.

Em 11 de novembro de 2021, a agência S&P revisou os ratings da Companhia, passando de ‘CC’ para ‘D’ na Escala Global e de ‘brCC-’ para ‘D’ na Escala Nacional Brasil. Também foram rebaixados os ratings da 3ª e 5ª emissões de debêntures da Invepar (“Debentures”), passando de ‘brC’ para ‘D’, respectivamente. Em 19 de novembro de 2021 em Assembleia Geral de Debenturistas foi aprovada a não declaração de vencimento antecipado da dívida.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 19 de janeiro de 2022 a agência S&P elevou os *ratings* da Companhia, passando de 'D' para 'CCC+' na Escala Global e de 'D' para 'brBB' na Escala Nacional. Também foram elevados os *ratings* da 3ª e 5ª emissões de debêntures da Invepar ("Debêntures"), passando de 'D' para 'brB+', respectivamente, com perspectiva estável.

Hipóteses de Vencimento Antecipado

- Os contratos de financiamento nas empresas INVEPAR e *GRU AIRPORT* (Partes Relacionadas) possuem cláusulas restritivas limitando o endividamento, contratação de novas dívidas, e emissão de novos valores mobiliários, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento nas empresas INVEPAR e *GRU AIRPORT* (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à distribuição de dividendos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas INVEPAR e *GRU AIRPORT* (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à alienação de controle acionário regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.

A quebra dessas, ou outras obrigações dos contratos de financiamento, pode ocasionar o vencimento antecipado da dívida e acionamento de cláusulas de *cross default* com efeito na Companhia.

Nos termos dos contratos de dívida, empréstimo, financiamento, e emissões de valores mobiliários, a Companhia e sociedades controladas pelo mesmo controlador da Companhia estão sujeitas ao cumprimento de obrigações específicas. O descumprimento de tais obrigações sem a anuência dos respectivos credores poderá resultar na declaração do vencimento antecipado de tais contratos e na execução das garantias constituídas em relação aos mesmos. A declaração do vencimento antecipado de dívidas também poderá resultar no vencimento antecipado de dívidas assumidas no âmbito de outros contratos financeiros (*cross default* e *cross acceleration*).

A cláusula de *cross default* prevista no contrato celebrado pela Companhia é padrão de mercado.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

14 Concessão de serviço público

	Outorga variável				Outorga fixa	
	2020	Adições	Atualização resultado	Pagamento	Atualização intangível	Transferência
Outorga GRU AIRPORT (b)	1.207.381	(580.709)	216.983	-	26.715	1.334.494
Circulante	1.207.381	(580.709)	216.983	-	26.715	1.334.494
	-	-	-	-	-	-
Outorga GRU AIRPORT (b)	12.089.152	(9.504)	1.606.596	-	170.046	(1.334.494)
Não circulante	12.089.152	(9.504)	1.606.596	-	170.046	(1.334.494)
Total	13.296.533	(590.213)	1.823.579	-	196.761	-

	Outorga variável				Outorga fixa				
	2019	Adição	Atualização resultado	Pagamento	Reequilíbrio	Atualização resultado	Atualização intangível	Transferência	Passivo mantido para venda
Outorga METRÔRIO (a)	2.255	-	-	-	-	(2.255)	-	-	2.255
Outorga GRU AIRPORT (b)	1.477.166	155.999	7.642	(239.776)	(856.602)	63.889	15.927	583.136	-
Circulante	1.479.421	155.999	7.642	(239.776)	(856.602)	61.634	15.927	583.136	-
Outorga METRÔRIO (a)	8.715	-	-	-	-	8.504	-	-	(17.219)
Outorga GRU AIRPORT (b)	11.603.121	-	-	-	(17.280)	936.438	150.009	(583.136)	-
Não Circulante	11.611.836	-	-	-	(17.280)	944.942	150.009	(583.136)	(17.219)
Total	13.091.257	155.999	7.642	(239.776)	(873.881)	1.006.577	165.936	-	(17.219)

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) GRU AIRPORT

Outorga fixa

Pela assinatura do contrato de concessão, a controlada *GRU AIRPORT* se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$ 16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% conforme OCPC 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R\$ 810.650. Esses pagamentos ocorrerão no mês de julho de cada ano, sendo necessária a constituição de conta reserva dois meses antes, os pagamentos serão reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil). Até 31 de dezembro de 2020, a Concessionária já liquidou 08 parcelas.

Em 17 de dezembro de 2020, a Concessionária assinou junto à Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC), termo aditivo ao contrato de concessão, contemplando a reprogramação do pagamento da outorga fixa, da seguinte forma:

- Pagamento da contribuição fixa de 2020 em duas parcelas, com 50% vencendo em 18 de dezembro de 2020, e os outros 50% a serem pagos junto com as outorgas fixas dos anos de 2029, 2030 e 2031; e
- Postergação dos vencimentos das outorgas de 2021, 2022, 2023 e 2024 passando de 11 de julho para 18 de dezembro de cada ano.

As informações foram divulgadas ao mercado através de fato relevante enviado em 18 de dezembro de 2020.

Em 07 de dezembro de 2021, a Concessionária protocolou um novo pedido de repactuação da outorga fixa, considerando para o ano de 2021, o pagamento de 50% do montante da parcela devida, conforme portaria nº 139 de 03 de dezembro de 2021.

Em 29 de dezembro de 2021, o pedido foi indeferido pela ANAC. A Concessionária impetrou Mandado de Segurança em virtude do indeferimento, obtendo deferimento integral do pedido de liminar. (Vide nota explicativa nº 26)

Outorga variável

Além da contribuição fixa, a Concessionária também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre o total da receita bruta anual, deduzida dos cancelamentos, devoluções e descontos incondicionais. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

Em 17 de dezembro de 2020, a Concessionária pagou o montante correspondente a R\$ 239.776, referente a parcela de 2020 que foi prorrogada para 18 de dezembro de 2020, conforme art. 2º da Lei nº 14.034 de 05 de agosto de 2020.

Em 15 de maio de 2021, a Concessionária compensou com o saldo remanescente do reequilíbrio COVID-19, o montante de R\$ 156.002 referente a outorga variável do ano de 2020.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Reequilíbrio econômico financeiro - Decisão nº 138 da ANAC de 04 de agosto de 2020

Em 07 de março de 2019, a Concessionária interpôs o pedido de revisão extraordinária do contrato de concessão relativo ao evento "Novas exigências para alfandegamento". A Concessionária sustenta que em razão de alteração da regulamentação da Receita Federal do Brasil - RFB, materializada pela Portaria nº 1001, de 6 de maio de 2014, teria sido obrigada a arcar com os custos decorrentes de contratação de pessoal habilitado para a operação dos equipamentos de inspeção não invasiva (escâneres) nas áreas de alfandegamento, despesas as quais eram anteriormente suportadas pela própria RFB.

Em 04 de agosto de 2020, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro.

A parcela da contribuição fixa devida em 2020 será deduzida pelo valor referente ao desequilíbrio verificado entre 2014 e 2020, correspondente a R\$ 10.081.653,56 (dez milhões, oitenta e um mil, seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e seis centavos), a valores de agosto de 2014. Os valores serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual devida em 2020, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81% (seis inteiros e oitenta e um centésimos por cento), estabelecida pela Resolução nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente.

A partir de 2021, a parcela a ser deduzida da contribuição fixa em cada ano corresponderá valores indicados na tabela contida no Anexo desta Decisão para o mesmo ano, os quais também deverão ser atualizados considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81% (seis inteiros e oitenta e um centésimos por cento), estabelecida pela referida Resolução nº 355, de 2015, proporcional ao número de meses correspondentes, conforme tabela abaixo.

Ano	Valor a ser deduzido
2014	1.040
2015	2.026
2016	1.675
2017	1.630
2018	1.354
2019	1.223
2020	1.134
2021	1.061
2022	994
2023	930
2024	871
2025	816
2026	764
2027	714
2028	669
2029	627
2030	587
2031	549
2032	304
Total	18.968

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Reequilíbrio econômico financeiro - Decisão nº 215 da ANAC de 25 de novembro de 2020

Em razão dos prejuízos causados pela pandemia da COVID-19, com o objetivo de recompor o equilíbrio econômico financeiro da Concessionária, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do contrato de concessão. O valor referente ao reequilíbrio verificado em 2020, corresponde ao montante de R\$ 854.914 a valores de 18 de dezembro de 2020, com incidência de PIS e COFINS sobre o montante.

Deste reequilíbrio, a Concessionária compensou a parcela da outorga fixa a pagar de 2020 com vencimento em 18 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 634.639. O saldo remanescente não compensado de R\$ 220.275 será deduzido das parcelas das outorgas dos próximos anos.

Em 15 de maio de 2021, a Concessionária compensou o montante de R\$ 156.002 referente a outorga variável do ano de 2020. O saldo remanescente não compensado de R\$ 89.079 será deduzido da parcela da outorga fixa a ser paga em 18 de dezembro de 2021.

15 Provisão para riscos processuais

O grupo INVEPAR é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, as controladas realizaram a análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir os desembolsos estimados com as ações em curso, como segue:

Natureza do risco	Consolidado					2021
	2020	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	Passivo mantido para venda	
Trabalhistas (a)	28.634	12.009	(8.888)	1.245	(2.195)	30.805
Cíveis (b)	6.232	6.913	(4.469)	371	(2.224)	6.823
Tributários (c)	165	10	(124)	3	-	54
Outros	716	1.614	(634)	(2)	(377)	1.317
Total	35.747	20.546	(14.115)	1.617	(4.796)	38.999

Natureza do risco	Consolidado					2020
	2019	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	Passivo mantido para venda e operações descontinuadas	
Trabalhistas (a)	34.851	15.007	(8.342)	3.593	(16.475)	28.634
Cíveis (b)	5.530	12.936	(1.708)	1.862	(12.388)	6.232
Tributários (c)	11.140	-	(163)	37	(10.849)	165
Outros	16.292	2.637	(5.238)	74	(13.049)	716
Total	67.813	30.580	(15.451)	5.566	(52.761)	35.747

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) Riscos trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

(b) Riscos cíveis

A Companhia e suas controladas são parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos nos sistemas rodoviário, metroviário e aeroportuário.

(c) Riscos tributários

A controlada METRÔRIO optou pelo contingenciamento dos valores da ação judicial referente a suspensão da exigibilidade do ICMS sobre as tarifas de conexão e uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD) até que o mérito da ação seja decidido e ocorra o trânsito em julgado. Em 31 de dezembro de 2020, esses passivos foram transferidos para “mantido para venda e operação descontinuada”.

Riscos possíveis

A Companhia e suas controladas são rés em processos de natureza cível, trabalhista e tributário, sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda. Amparada na opinião de seus consultores jurídicos, não foi efetuada provisão para contingências com esta avaliação.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, as controladas realizaram a análise das demandas judiciais com probabilidade de desembolso futuro possível como se segue:

Natureza do risco	Consolidado	
	2021	2020
Trabalhistas	2.356	4.809
Cíveis (i)	170.684	170.215
Tributários (ii)	605.611	483.075
Administrativo / Ambientais (iii)	40.965	42.635
Total	819.616	700.734

(i) A Controlada *GRU AIRPORT* possui processos de natureza indenizatória promovidos por passageiros, motivados por furto ou extravio de bagagem ou outros fatos ocorridos dentro do Aeroporto cuja responsabilidade está sendo imputada à Concessionária, ou processos promovidos por cessionários de área aeroportuária (lojistas, companhias aéreas, outros) e fornecedores, relativos de pleitos de indenização, cobrança de valores, obrigação de fazer, ou outras naturezas. Em 31 de dezembro de 2021, essas causas somam o montante de R\$ 169.764 (R\$ 159.870 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) A Controlada *GRU AIRPORT* possui autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, cujos objetos, em sua maioria, estão relacionados à atividade de armazenagem de mercadorias sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto, autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de Guarulhos arguindo a cobrança de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e lançamentos de Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) também realizados pela Prefeitura do Município de Guarulhos. No caso do IPTU, caso a cobrança seja declarada devida pelo Poder Judiciário, a Concessionária entende possível requerer o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão junto à ANAC.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Há também uma Ação Civil Pública por suposto ato de Improbidade Administrativa (processo nº 1000336-33.2019.8.26.0224) que tramita na 2ª Vara da Fazenda Pública de Guarulhos cujo objeto é a alíquota de ISS estipulada pela Prefeitura de Guarulhos entre os anos de 2012 a 2015, incidente sobre as receitas tarifárias.

(iii) A Controlada *GRU AIRPORT* possui autuações oriundas de autoridades administrativas, como ANAC, ANVISA, IPEM-SP/INMETRO, Prefeitura do Município de Guarulhos, com instauração dos respectivos processos administrativos nos quais a Concessionária figura no polo passivo.

Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação

Em 31 de dezembro de 2021, a Invepar no consolidado R\$ 31.159 em depósitos recursais e judiciais (R\$ 30.954 em 31 de dezembro de 2020).

16 Patrimônio líquido (Controladora)

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 3.867.919, representado por 429.171.372 ações, sendo 143.057.124 ações ordinárias e 286.114.248 ações preferenciais. O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 3.926.454.

As composições acionárias da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão assim constituídas:

	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI	35.764.281	73.939.746	109.704.027	25,56
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	35.764.281	71.528.561	107.292.842	25,00
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS	35.764.281	71.528.561	107.292.842	25,00
Yosemite Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.	<u>35.764.281</u>	<u>69.117.380</u>	<u>104.881.661</u>	<u>24,44</u>
Total	<u>143.057.124</u>	<u>286.114.248</u>	<u>429.171.372</u>	<u>100,00</u>

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado conforme Estatuto Social.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

17 Receita

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados consolidados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza

	Consolidado	
	2021	2020
Receita de pedágio	-	63.958
Receitas de aeronaves e passageiros	639.726	539.321
Receita com armazenagem e capatazia	865.970	638.152
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios	751.660	778.545
Impostos, deduções e cancelamentos	(654.581)	(583.760)
Receita de serviços	1.602.775	1.436.216
Receita de construção	32.024	39.543
Receita total	1.634.799	1.475.759

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se a receita de construção que será tributada no momento da realização do intangível.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

18 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Pessoal	(47.764)	(32.077)	(154.985)	(153.308)
Materiais, serviços de terceiros administrativos	(36.450)	(42.325)	(82.600)	(134.405)
Depreciação e amortização	(6.264)	(10.812)	(813.906)	(939.129)
Aluguéis	(456)	(540)	(416)	(1.636)
Impostos e taxas diversas	(326)	(1.224)	(1.419)	(1.890)
Conservação e manutenção	(272)	(14)	(85.965)	(96.419)
Reversão (provisão) para riscos ²	(139)	(347)	(30.119)	(20.179)
Materiais, serviços de terceiros operacionais	-	-	(87.632)	(81.784)
Energia elétrica	-	-	(38.623)	(35.423)
Outorga variável	-	-	(180.060)	(155.999)
Custo de construção	-	-	(32.024)	(39.543)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	-	-	54.483	(83.938)
Reversão (adição) de <i>Impairment</i>	(20.254)	(61.358)	(19.091)	(61.358)
Ganhos (perdas) na alienação investimento (a)	818.934	-	818.934	-
Reequilíbrio econômico financeiro GRU AIRPORT (b)	-	-	726.240	790.028
Outras receitas (despesas) operacionais	3.149	(55.061)	(23.125)	(85.225)
	710.158	(203.758)	49.692	(1.100.208)
Custo de serviços prestados	-	-	(1.255.344)	(1.370.317)
Custo de construção	-	-	(32.024)	(39.543)
Despesas gerais e administrativas	(96.550)	(87.339)	(170.017)	(333.793)
Outras receitas (despesas) operacionais	806.708	(116.419)	1.507.077	643.445
	710.158	(203.758)	49.692	(1.100.208)

(a) Em 08 de novembro de 2021, a Companhia assinou o contrato de reestruturação da Venda dos Metrô Rios e Barra, além da Holding HMOBI, para a *Mubadala Capital*, projeto com início em 20 de setembro de 2020, gerou um ganho de capital para a Invepar de R\$ 817.690, líquido, após a quitação das dívidas. Ademais, durante o exercício de 2021, a Companhia efetuou a venda do investimento de CRA e CBN que geraram um ganho líquido de R\$ 1.244 (CRA – R\$ 2.251 e CBN – R\$ (1.007).

(b) Na rubrica está incluso o reequilíbrio COVID líquido de impostos incidentes e demais reequilíbrios.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

19 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras				
Desconto obtido	-	-	726	-
Juros ativos	50.768	70.806	67.292	72.916
Juros sobre aplicações financeiras	17.153	6.482	19.496	43.122
Operações de hedge	7.904	252.463	21.970	254.033
Variação monetária ativa	414	16.253	425	16.619
Variações cambiais ativas	7	169	35	503
Outros	-	-	-	18.909
Total receitas financeiras	76.246	346.173	109.944	406.102
Despesas financeiras				
Comissões e despesas bancárias	(689)	(48.314)	(36.021)	(54.972)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.093)	-	(218.462)	(203.473)
Operações de hedge	-	(277.900)	-	(352.413)
Variação monetária passiva	(202.444)	(88.425)	(204.194)	(87.850)
Variações cambiais passivas	-	(38)	(3)	(613)
Juros sobre debêntures	(268.806)	(232.713)	(385.224)	(310.607)
Atualização da outorga de GRU (*)	-	-	(1.799.482)	(1.048.135)
Outros	(34)	(8.500)	(1.077)	(15.109)
Total despesas financeiras	(474.066)	(655.890)	(2.644.463)	(2.073.172)
Total resultado financeiro	(397.820)	(309.717)	(2.534.519)	(1.667.070)

(*) A Concessionária *GRU AIRPORT* se obriga a pagar à União a contribuição fixa, paga em parcelas anuais reajustada pelo IPCA. A atualização da outorga referente à 31 de dezembro de 2021 R\$ 1.376.475 foram registradas como despesa financeira do exercício.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

20 Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para 31 de dezembro de 2021 e 2020.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

Operações continuadas:

	2021			2020		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Prejuízo de operações continuadas atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(183.525)	(367.105)	(550.630)	(446.442)	(893.018)	(1.339.460)
Denominador básico						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo básico por ação (R\$)	(1,283)	(1,283)		(3,121)	(3,121)	
	2021			2020		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador diluído						
Prejuízo das operações continuadas atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(183.525)	(367.105)	(550.630)	(446.442)	(893.018)	(1.339.460)
(-) Efeito da diluição da participação na CRT - referente às debêntures conversíveis em ações	(307)	(614)	(921)	(234)	(469)	(703)
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais ajustado	(183.832)	(367.719)	(551.551)	(446.676)	(893.487)	(1.340.163)
Denominador diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo diluído por ação (R\$)	(1,285)	(1,285)		(3,122)	(3,123)	

Não ocorreram outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações contábeis. Apenas a coligada CRT possui debêntures conversíveis em ações.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Operações descontinuadas

	2021			2020		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico e diluído						
Prejuízo das operações descontinuadas atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(147.100)	(294.241)	(441.340)	(238.365)	(476.801)	(715.165)
Denominador básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo básico por ação (R\$)	(1,028)	(1,028)		(1,666)	(1,666)	

	2021			2020		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico e diluído						
Prejuízo das operações continuadas atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(147.100)	(294.241)	(441.340)	(238.365)	(476.801)	(715.165)
Denominador básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo (lucro) básico e diluído por ação (R\$)	(1,028)	(1,028)		(1,666)	(1,666)	

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

21 Seguros (Não auditado)

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Empresa	Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Início	Vencimento	Seguradora
CRT	RESP. CIVIL GERAL	10.000.000	12/09/2019	12/03/2021	FAIRFAX
CRT	GARANTIA CONCESSÃO	30.502.200	22/11/2019	21/03/2021	FATOR
VLT	D&O	50.000.000	31/03/2020	31/03/2021	CHUBB
GRU	AUTOMÓVEIS	TABELA FIPE	24/05/2020	24/05/2021	TOKIO
GRU	RISCOS OPERACIONAIS	1.870.000.000	24/05/2020	24/05/2021	TOKIO
GRU	RD/EQUIPAMENTOS	DIVERSOS	24/05/2020	24/05/2021	ALLIANZ
GRU	RC HANGAR E SERV. AEROP.	USD 500.000.000,00	24/05/2020	24/05/2021	AXA XL
GRU	GARANTIA CONCESSÃO	670.971.825	04/06/2020	04/06/2021	POTENTIAL
VLT	RESP. CIVIL GERAL	100.000.000	04/06/2020	04/06/2021	TOKIO
VLT	GARANTIA CONCESSÃO	24.800.408	22/06/2020	22/06/2021	JUNTO
VIARIO	RISCOS OPERACIONAIS	200.000.000	09/07/2020	09/07/2021	CHUBB
VIARIO	RISCOS OPERACIONAIS	75.433.808	09/07/2020	09/07/2021	CHUBB
VLT	RISCOS OPERACIONAIS	440.098.302	25/08/2020	25/08/2021	CHUBB
LAMSA	RISCOS OPERACIONAIS	28.833.904	18/12/2020	18/12/2021	BMG
CRT	RISCOS OPERACIONAIS	45.000.000	11/01/2021	14/07/2022	FAIRFAX
CRT	RISCOS OPERACIONAIS	TABELA FIPE	30/01/2021	30/01/2022	TOKIO
CLN	RISCOS OPERACIONAIS	7.201.546	23/02/2021	23/02/2022	POTENTIAL
BR 040	RISCOS OPERACIONAIS	910.305	01/03/2021	01/03/2022	POTENTIAL
BR 040	RISCOS OPERACIONAIS	343.466.348	20/03/2021	20/03/2022	POTENTIAL
INVEPAR (LAMSA/CLN/LAMBRA/GRU/GRUPAR/PEX/IN STITUTO INVEPAR/VIA040)	RISCOS OPERACIONAIS	100.000.000	04/05/2021	04/05/2022	BERKLEY
INVEPAR	RISCOS OPERACIONAIS	10.000.000	01/08/2021	01/08/2022	TOKIO
CLN	RISCOS OPERACIONAIS	100.000.000	01/08/2021	01/08/2022	TOKIO
VIA040	RISCOS OPERACIONAIS	280.000.000	01/08/2021	01/08/2022	TOKIO
LAMSA	RISCOS OPERACIONAIS	280.000.000	01/08/2021	01/08/2022	TOKIO
METRÔ RIO / METROBARRA	RISCOS OPERACIONAIS	280.000.000	01/08/2021	01/08/2022	TOKIO
INVEPAR	RISCOS OPERACIONAIS	10.000.000	01/08/2021	01/08/2022	FAIRFAX
CLN	RISCOS OPERACIONAIS	20.000.000	01/08/2021	01/08/2022	TOKIO
VIA 040	RISCOS OPERACIONAIS	30.000.000	01/08/2021	01/08/2022	TOKIO
LAMSA	RISCOS OPERACIONAIS	30.000.000	01/08/2021	01/08/2022	TOKIO
METRÔ RIO / METROBARRA	RISCOS OPERACIONAIS	60.000.000	01/08/2021	01/08/2022	TOKIO
INVEPAR	RISCOS OPERACIONAIS	TABELA FIPE	24/08/2021	24/08/2022	PORTO
METRÔ RIO / METROBARRA	RISCOS OPERACIONAIS	TABELA FIPE	24/08/2021	24/08/2022	PORTO
VIA040	RISCOS OPERACIONAIS	TABELA FIPE	24/08/2021	24/08/2022	PORTO
LAMSA	RISCOS OPERACIONAIS	TABELA FIPE	24/08/2021	24/08/2022	PORTO
CLN	RISCOS OPERACIONAIS	TABELA FIPE	24/08/2021	24/08/2022	PORTO
BR 040	RISCOS OPERACIONAIS	324.000	29/08/2021	30/04/2023	POTENTIAL
LAMSA	RISCOS OPERACIONAIS	31.992.149	18/12/2021	18/12/2022	BMG

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e de suas controladas e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

22 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2021 e 2020. Esses valores estão representados substancialmente por aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos e financiamentos e obrigações com os Poderes Concedentes.

INSTR_FIN - Instrumentos Financeiros	Consolidado			
	2021		2020	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	358.366	-	629.490	-
Aplicações financeiras	1.171.195	-	428.490	-
Contas a receber	-	267.361	-	176.514
Venda de investimento	-	99.311	-	99.311
Partes relacionadas	-	134.064	-	123.557
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	45.386	-
Total do ativo	1.529.561	500.736	1.103.366	300.071
Passivos				
Fornecedores	-	54.077	-	50.447
Partes relacionadas	-	-	-	637
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	3.911.335	-	5.611.025
Dividendos e JSCP	-	24.072	-	24.073
Concessão de serviço público	-	14.726.660	-	13.296.532
Obrigações com empregados e administradores	-	25.532	-	24.038
Total do passivo	-	18.741.676	-	19.006.752

INSTR_FIN - Instrumentos Financeiros	Controladora			
	2021		2020	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	250.810	-	272.780	-
Aplicações financeiras	121.916	-	168.650	-
Contas a receber	-	-	-	-
Venda de investimento	-	99.311	-	99.311
Partes relacionadas	-	302.217	-	385.036
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	45.386	-
Dividendos e JSCP propostos	-	171.563	-	167.044
Total do ativo	372.727	572.867	486.816	651.391
Passivos				
Fornecedores	-	2.848	-	3.614
Partes relacionadas	-	261	-	384
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	875.718	-	2.243.636
Dividendos e JSCP propostos	-	22.841	-	22.842
Obrigações com empregados e administradores	-	8.518	-	12.409
Total do passivo	-	910.185	-	2.282.885

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- *Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras*

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

- *Empréstimos, financiamentos e debêntures*

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto à BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como “passivos financeiros ao custo amortizado. As debêntures em 31 de dezembro de 2021 tinha o montante de R\$ 1.541.776 (R\$ 2.929.646 em 31 de dezembro de 2020).

- *Concessão de serviço público*

Os contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão.

O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do contrato de concessão.

(b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos, e debêntures estão vinculadas à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Taxa Referencial (TR) e Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em relação ao passivo de concessão de *GRU AIRPORT* a exposição de risco é relacionado ao IPCA.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa, Nota explicativa nº 5.

(d) Operação de derivativos

A Companhia e suas controladas adotam uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, de natureza operacional ou financeira e eventualmente de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados.

Movimentação - INVEPAR x Lambra

Instrumento	Saldo inicial	Variação positiva com derivativo	Variação negativa com derivativo	Pagamento/Recebimento	Saldo final
SWAP (Dólar x DI) - INVEPAR	(4.312)	24.604	(249.694)	229.402	-
SWAP (Dólar x DI) - Lambra	(1.571)	7.060	(80.004)	74.513	-
Opção - Bradesco (Dólar x DI)	13.989	84.011	-	(98.000)	-
Opção - Citibank (Dólar x DI)	19.106	126.901	(3.038)	(142.969)	-

Liquidados

INVEPAR

2021							
Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor Base R\$	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
SWAP	CITIBANK	29/11/2019	12/04/2021	146.000	IPCA	4,25	53.290
						Ativo circulante	53.290

2020							
Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor Base R\$	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
SWAP	CITIBANK	29/11/2019	12/04/2021	146.000	IPCA	4,25	45.386
						Ativo circulante	45.386

2020							
Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor Base R\$	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
SWAP	MUBADALA	11/04/2019	11/04/2021	185.741	IPCA / USD	N/A	229.402
						Total	229.402

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(e) Risco de liquidez

O grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo do grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, debêntures, ações preferenciais e arrendamentos, conforme divulgado na nota explicativa no 1.

2021	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	1.210.035	1.425.404	1.275.896	3.911.335
Fornecedores	53.199			53.199
Concessão de serviço público	2.204.864	6.041.169	6.480.627	14.726.660

(g) Análise de sensibilidade de variações e nas taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial consolidado da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a Companhia apresentou mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Selic ativa (% ao ano)	9,25%	6,94%	4,63%
DI Ativo (% ao ano)	9,25%	6,94%	4,63%
DI Passivo (% ao ano)	9,25%	11,56%	13,88%
TR Passivo (% ao ano)	0,04%	0,05%	0,07%
TJLP (% ao ano)	5,32%	6,65%	7,98%
Taxa de câmbio ativo (R\$/US\$)	R\$ 5,57	R\$ 4,18	R\$ 2,79
IPCA Ativo (% ao ano)	10,06%	7,55%	5,03%
IPCA Passivo (% ao ano)	10,06%	12,58%	15,09%

Os indicadores utilizados para 2021 foram obtidos das projeções do Bacen, com exceção da TJLP e TR, que foram utilizadas a média dos três maiores bancos privados de acordo com o ranking do Banco Central.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2021, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(g.1) Ativo financeiro

Controladora

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
INVEPAR (controladora)	FIDIC	DI	9.096	841	631	421
INVEPAR	CDB	DI	341.151	31.556	23.676	15.796
TOTAL			350.247	32.397	24.307	16.218
Fundo Mover						
Certificados de Depósito Bancário CDB		DI	15.329	1.418	1.063	709
Título público		DI	5.391	499	374	249
TOTAL			20.720	1.917	1.437	958

Consolidado

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	Resultado		
				Cenário provável	Cenário A	Cenário B
GRUPAR	CDB	DI	1.051.857	97.297	72.992	48.687
INVEPAR	CDB	DI	341.151	31.556	23.676	15.796
FIDIC	CDB	DI	29.358	2.716	2.037	1.358
TOTAL			1.422.366	131.569	98.705	65.841
Fundo Mover						
Letras financeiras do tesouro		SELIC	15.329	1.418	1.063	709
Título público		DI	5.391	499	374	249
TOTAL			20.720	1.917	1.437	958

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(g.2) Passivo financeiro

Controladora

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
INVEPAR (controladora)	Debêntures	IPCA	875.718	88.097	110.122	132.146
TOTAL			875.718	88.097	110.122	132.146

Consolidado

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
INVEPAR (controladora)	Debêntures	IPCA	875.775	88.103	110.129	132.154
GRU AIRPORT	Concessão	IPCA	14.726.660	1.362.216	1.702.770	2.043.324
GRU AIRPORT	Empréstimos	TJLP	2.369.559	126.061	157.085	188.551
GRU AIRPORT	Debêntures	IPCA	666.001	67.000	83.750	100.500
TOTAL			18.637.995	1.643.379	2.053.733	2.464.530

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(h) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	Consolidado	
	2021	2020
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.911.335	5.611.026
Obrigações com poderes concedentes	14.726.660	13.296.532
Caixa e equivalentes de caixa	(358.366)	(629.490)
Aplicações financeiras	(1.171.195)	(428.491)
Dívida líquida	17.108.435	17.849.577
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(2.822.582)	(1.692.489)
Patrimônio líquido e dívida líquida	14.285.853	16.157.088

(i) Hierarquia do valor justo

O grupo usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Mensurados a valor justo	Consolidado	
	2021	Nível 2
Ativos financeiros		
Equivalente de caixa	378.697	378.697
Aplicações financeiras	1.189.730	1.189.730
Total	1.568.427	1.568.427

- *Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras*

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

23 Transações não caixa

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	Consolidado	
	2021	2020
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados no ativo intangível	196.761	165.933
Aquisição de imobilizado/intangível ainda não liquidada financeiramente	4.855	5.941
Capitalização do resultado financeiro	772	1.867

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

24 Compromissos e responsabilidades

VIA040

A partir da assinatura do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, a VIA040 deverá manter em favor da ANTT, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a Garantia de Execução do Contrato, no valor de R\$ 225.000 (duzentos e vinte e cinco milhões de reais), a preços de novembro de 2012, reajustado pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O PER prevê período de vigência o prazo disciplinado pelo 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Edital nº 006/2013, ou seja, 24 meses contados da publicação do Decreto nº 10.248/2020, do dia 18 de fevereiro de 2020.

25 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego

GRU AIRPORT

Em abril de 2014, a Concessionária *GRU AIRPORT* tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social - INFRAPREV - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da INFRAERO, em cumprimento às disposições expressas no anexo 25 do Edital de leilão nº 2/2011 - Contrato de Concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 - SBGR Aeroporto Internacional de São Paulo Governador André Franco Montoro - Guarulhos - Capítulo XV - Das Disposições Transitórias, item "15.3".

O patrocinador aderente se obriga a custear o Plano CV contribuindo, em caráter obrigatório, na forma fixada anualmente no plano de custeio, compartilhando obrigações e responsabilidades financeiras do plano referente à totalidade de seus empregados participantes do plano. O plano de custeio será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo do INFRAPREV, devendo constar o regime financeiro e o cálculo atuarial.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foi identificado passivo atuarial líquido relevante, conforme última avaliação atuarial realizada.

26 Ativos e passivos mantido para venda e operações descontinuadas

A Companhia mantém ativos mantidos para venda e operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020, descrito o momento das quais foram classificadas como mantidas a venda e operações descontinuadas, discriminadas em Nota 8, abaixo segue demonstrativo da forma como estão distribuídos os ativos e passivos das Companhias:

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Ativo mantido para venda e operação descontinuada:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Controladas				
<u>Ativo - PEX</u>				
<u>Circulante</u>			2.937	2.824
Partes relacionadas			(131)	(71)
Investimento - Pex	607	634	-	-
Total Ativo PEX	607	634	2.806	2.753
<u>Ativo - VIA040</u>				
<u>Circulante</u>			61.029	48.924
Não circulante			926.799	993.316
Investimento - Via040	-	-	126.458	116.570
Total	-	-	1.114.286	1.158.810
<u>Ativo - LAMSA</u>				
<u>Circulante</u>			73.372	113.915
Não circulante		95.413	360.023	367.314
Parte relacionadas	-	-	-	(264)
Investimento - LAMSA	127.949	-	-	-
Total	127.949	95.413	433.395	480.965
<u>Ativo - METRORIO</u>				
<u>Circulante</u>	-	-	-	180.170
Partes relacionadas	-	-	-	70
Não circulante	-	-	-	2.283.518
Partes relacionadas	-	-	-	26.994
Investimento - METRORIO	-	1.137.609	-	-
Total	-	1.137.609	-	2.490.752
<u>Ativo - METROBARRA</u>				
<u>Circulante</u>	-	-	-	14.855
Não circulante	-	-	-	923.188
Investimento - METROBARRA	-	82.479	-	-
Total	-	82.479	-	938.043
<u>Ativo - CLN</u>				
<u>Circulante</u>	-	-	30.112	-
Não circulante	-	-	131.826	-
Investimento - CLN	105.878	-	-	-
Total	105.878	-	161.938	-
Controladas em conjunto				
Investimento - CRA	-	31.584	-	31.584
<i>Impairment</i>	-	(12.887)	-	(12.887)
Total	-	18.697	-	18.697
Investimento - CBN	-	126.015	-	126.015
Baixa pela venda	-	-	-	-
<i>Impairment</i>	-	(97.114)	-	(97.114)
Total	-	28.901	-	28.901
Total	234.434	1.363.733	1.712.425	5.118.921

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Passivo mantido para venda e operação descontinuada:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
Controladas				
<u>Passivo - PEX</u>				
Circulante	-	-	2.199	2.190
Parte relacionada	-	-	-	(131)
Total	-	-	2.199	2.059
<u>Passivo - VIA040</u>				
Circulante			1.027.088	211.496
Partes relacionadas			(48.437)	(47.298)
Não circulante			87.098	1.063.886
Investimento - VIA040	(174.895)	(116.572)	-	-
Total	(174.895)	(116.572)	1.065.749	1.228.084
<u>Passivo - LAMSA</u>				
Circulante			37.922	374.777
Dividendos e JSCP	-	-	146.860	(146.860)
Partes relacionadas	-	-	4.613	(5.313)
Não circulante	-	-	98.309	11.039
Dividendos e JSCP	-	-	4.267	-
Total	-	-	291.971	233.643
<u>Passivo - METRORIO</u>				
Circulante	-	-	-	1.120.642
Dividendos e JSCP	-	-	-	(112.878)
Não circulante	-	-	-	174.054
Partes relacionadas	-	-	-	58.447
Total	-	-	-	1.240.265
<u>Passivo - CLN</u>				
Circulante	-	-	17.285	-
Dividendos e JSCP	-	-	7.890	-
Partes relacionadas	-	-	3.683	-
Não circulante	-	-	15.457	-
Dividendos e JSCP	-	-	2.060	-
Total	-	-	46.375	-
Investimento - METROBARRA	-	-	-	855.564
Parte relacionada	-	-	-	(17.547)
Total	-	-	-	838.017
Total	(174.895)	(116.572)	1.406.294	3.542.069

Resultado das operações mantidas para venda e operação descontinuada:

	2021	2020
<u>Resultado do período</u>		
Controlada CLN	(10.473)	-
Controlada PEX	26	151
Controlada VIA040	149.323	378.693
Controlada LAMSA	(18.805)	(37.134)
Controlada METRORIO	238.738	231.563
Controlada METROBARRA	81.475	110.965
Coligada CRA	752	(13.790)
Ativo alienado (Cart)-CRA	(1.002)	33.034
Coligada CBN	1.306	11.683
	441.340	715.165

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

PEX

Em 7 novembro de 2016, a Companhia divulgou fato relevante ao mercado informando que decidiu descontinuar as operações de sua controlada PEX. Até a data de 31 de dezembro de 2021, a mesma continua com a empresa descontinuada.

VIA040

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia decidiu descontinuar as operações da Controlada VIA040 apoiada no Decreto nº 9.957/2019 que regulamenta o procedimento de relicitação dos contratos de parceria nos setores rodoviários, ferroviário e aeroportuário (Vide Notas explicativas 1.a, 2.23 e 8). Diante do documentação e aditivos mencionados em Nota 1, a Companhia como processo de Relicitação continua com as operações da Concessão descontinuada, aguardando nova relicitação pelo poder Concedente. Em evento subsequente em 17 de fevereiro de 2022, Concessionária BR040, assina aditivo ao Contrato de Concessão Originário, do 1º termo aditivo, pelo prazo de 18 meses, a contar de 19 de fevereiro de 2022, onde o vencimento da concessão passa a ser até 18 de Agosto de 2023, conforme a cláusula segunda. Em cláusula terceira o valor da tarifa de pedágio a ser praticada desse termo aditivo será de R\$ 5,80 (cinco reais e oitenta centavos) fixada pela ANTT no âmbito de reajuste sobre a tarifa no 1º termo aditivo do Contrato de Concessão Originário para fins de cálculo da tarifa.

METRÔRIO, METROBARRA

Em 08 de novembro de 2021 foram concluídas as principais etapas previstas no Acordo de Reestruturação assinado em 28 de setembro de 2020, com objetivo da redução significativa da dívida da Invepar com envolvimento da troca de participações em empresas do Grupo, descrita em nota explicativa 8 (c).

LAMSA

Em 08 de novembro de 2021 foram concluídas as seguintes e principais etapas previstas no Acordo de Reestruturação assinado em 28 de setembro de 2020, com objetivo da redução significativa da dívida da Invepar com envolvimento da troca de participações em empresas do Grupo, descrita na nota explicativa 8 (c). A Companhia, aguarda decisão judicial referente a tarifação, para finalizar o Acordo de Reestruturação que foi assinado em 28 de setembro de 2020.

CLN

Em 08 de junho de 2021, a Invepar informou ao mercado em geral que contratou assessor financeiro para a busca de potenciais investidores para aquisição de toda a sua participação (92,92%) na sua Controlada Concessionária Litoral Norte ("CLN"). Até a data de fechamento dessa demonstração em 31 de dezembro de 2021, a Companhia está de posse de propostas de venda que estão em análise pela Administração.

Os ativos e passivos mantidos como ativos disponíveis para venda e operações descontinuadas, em 31 de dezembro de 2021, estão demonstrados na Nota 8, letra a.1.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações anuais individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

27 Eventos subsequentes

Em 10 de janeiro de 2022, a Concessionária do Aeroporto de Guarulhos impetrou Mandato de Segurança em razão do indeferimento injustificado da repactuação do cronograma de pagamento da outorga fixa, obtendo no dia 11 de janeiro de 2022, deferimento integral do pedido de liminar.

Em 19 de janeiro de 2022, a agência S&P elevou os *ratings* da Companhia, passando de 'D' para 'CCC+' na Escala Global e de 'D' para 'brBB' na Escala Nacional. Também foram elevados os *ratings* da 3ª e 5ª emissões de debêntures da Invepar ("Debêntures"), passando de 'D' para 'brB+', respectivamente, com perspectiva estável.

* * *